

MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PARANÁ PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2017

PREÂMBULO:

- 1.1. O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, mediante o Pregoeiro e comissão de apoio, designados pelas Portaria nº 6569, de 02 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO, do objeto descrito no item 2 deste edital e no PROJETO BÁSICO. O Procedimento licitatório observará integralmente as disposições da Lei nº. 10.520/02, e, subsidiariamente, da Lei nº. 8.666/93.
- **1.2.** A licitação será subdividida em itens, conforme tabela constante no PROJETO BÁSICO, facultando ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

- **1.4.1.** O pregão será realizado dia 20/12/2017, com início às 14h00min, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza nº 1.080, centro, na cidade de Capanema PR, CEP: 85.760-000.
 - 1.5. Integram o presente EDITAL, independentemente de transcrição:
 - PROJETO BÁSICO;
 - Anexo I Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;
 - Anexo II Modelo de procuração para credenciamento;
- Anexo III Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo de licitar ou contratar com a administração;
 - Anexo IV Modelo de declaração de regularidade com o Ministério do Trabalho;
 - Anexo V Modelo de declaração de micro empresa e empresa de pequeno porte;
 - Anexo VI Modelo de indicação do responsável pelo contrato;
 - Anexo VII Minuta do Contrato;
 - Anexo VIII

 Folha de Rosto da Proposta Comercial
 - Anexo IX Proposta de preços;
 - Anexo X Protocolo de retirada do edital;
 - Anexo XI Planilhas de Custos do Serviço de Transporte Escolar;



- 1.6. Muito embora os documentos estejam agrupados em ANEXOS separados, todos eles se completam, sendo que a proponente deve, para a apresentação da PROPOSTA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, bem como dos demais DOCUMENTOS, ao se valer do EDITAL, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento do PREGÃO e a formalização CONTRATUAL, que poderá ser substituído por Nota de Empenho nos termos que se dispõe o art. 62, da Lei Federal 8666/93, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.
- 1.7. Para maior transparência nos atos administrativos, a Sessão Pública poderá ser gravada pela Administração Municipal, através de equipamento áudio visual próprio.

2. OBJETO:

2.1. O objeto deste Pregão é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES RESIDENTES NO INTERIOR DO MUNICIPIO DE CAPANEMA-PR ATÉ AS ESCOLAS DA CIDADE E ESCOLAS NUCLEARIZADAS E ESTUDANTES DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS CAPANEMA DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, conforme especificações constantes no PROJETO BÁSICO.

3. DA DESPESA

3.1. A despesa com a aquisição do objeto é estimada em R\$ 1.950.082,64 (Um Milhão, Novecentos e Cinqüenta Mil e Oitenta e Dois Reais e Sessenta e Quatro Centavos), conforme o orçamento estimativo disposto no PROJETO BÁSICO.

DOTAÇÕES							
Exercíci	Conta	Funcional programática	Fonte	Natureza da	Grupo da fonte		
o da	da		de	despesa			
despesa	despesa		recurso				
2017	650	07.001.12.361.1201.2102	103	3.3.90.33.00.00	Do Exercício		
2017	770	07.001.12.361.1201.2108	107	3.3.90.33.00.00	Do Exercício		
2017	780	07.001.12.361.1201.2112	119	3.3.90.33.00.00	Do Exercício		
2017	790	07.001.12.361.1201.2112	144	3.3.90.33.00.00	Do Exercício		
2017	820	07.001.12.361.1201.2114	102	3.3.90.33.00.00	Do Exercício		

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



- **4.1.** Poderão participar desta licitação todos os interessados, do ramo pertinente ao objeto, que manifestarem interesse em participar do certame até 24 horas antes da data marcada para a entrega da proposta.
- 4.1.1. Caso haja interesse de participação nesta licitação, a licitante deverá realizar ou atualizar o cadastro de fornecedores junto ao Setor de Licitações do Município de Capanema PR, respeitando o prazo estipulado no item 4.1 acima, apresentando os seguintes documentos:
- a. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou; inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, ou; a ata de fundação e o estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.
- **b.** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias;
- c. Prova de regularidade referente aos Débitos Previdenciários (INSS Instituto Nacional da Seguridade Social);
- d. Prova de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando a situação regular;
- e. Pen-Drive para repasse dos anexos e arquivos digitais (proposta eletrônica) obrigatórios referentes a esta licitação.
- **4.1.2.** Quando o cadastro de fornecedor for realizado ou atualizado, e os arquivos digitais repassados, o representante da licitante obrigatoriamente deverá assinar um Protocolo de Retirada do Edital, que será anexado ao Processo Licitatório, o qual poderá ser encaminhado por e-mail.
- **4.2.** Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá entregar, na data da sessão pública do certame, uma declaração de que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no item 15 deste edital.
- **4.2.1.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.
 - **4.3.** Não poderão participar deste Pregão:
- **4.3.1.** Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.



- **4.3.2.** Excepciona-se o disposto acima, nos casos em que tais sociedades apresentem autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto:
- **4.4.** A autorização assemblear deverá observar as regras de convocação e de quórum para instauração e deliberação previstas em lei para cada tipo de sociedade.
- **4.4.1.** Para fins de comprovação, o licitante deverá apresentar a ata da assembleia ou o documento equivalente.
 - **4.5.** Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;
- **4.6.** Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93);
- **4.7.** Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8°, V da Lei nº 9.605/98;
- **4.8.** Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- **4.9.** Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;
- **4.10.** Empresas de que sejam proprietários, controladores ou diretores Deputados ou Senadores (cfr. art. 54, II da Constituição);
- **4.11.** Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).
- **4.12.** Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.
- **4.13.** O licitante deverá apresentar o preço unitário dos produtos devendo estar incluso todas as despesas com pessoal, encargos fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas, e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto.
- **4.14.** O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

5. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE O EDITAL

5.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, conforme item 5.5 deste edital.



- **5.1.1.** Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.
- **5.1.2.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- **5.2.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.
- **5.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- **5.4.** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo pregoeiro serão autuados no processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 5.5. Qualquer impugnação ao presente edital deverá ser protocolizada junto ao Protocolo da Prefeitura Municipal de Capanema, ou remetida via postal, endereçada a Divisão de Licitações do Município, considerando-se o prazo fatal para a tempestividade da impugnação a data de recebimento da correspondência, a qual deverá respeitar os itens 5.1 deste edital.

6. DO ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

- **6.1.** O enquadramento como microempresa ME ou empresa de pequeno porte EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.
- **6.1.1.** A sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, § 4º, VI da Lei Complementar nº 123/ receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.
- **6.1.2.** A pessoa física ou o empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.
- **6.2.** A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/2006 independe da habilitação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.
- **6.3.** Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado, deverão apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a



qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar

6.4. A declaração acima exigida deverá ser entregue juntamente com a documentação de habilitação.

7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante.
- **7.1.1.** O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.
- 7.2. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.
- 7.3. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.
- 7.4. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar expressamente os poderes específicos para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes a licitações, nos moldes do anexo II, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.
 - 7.5. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.
 - 7.6. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:
- a. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo anexo);



b. Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/07, quando for o caso (conforme modelo anexo), sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

b.1. A declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/07, quando for o caso (conforme modelo anexo), deverá estar acompanhada da Certidão simplificada de registro do comercio - Junta Comercial – do Estado sede da licitante, cuja pesquisa tenha sida realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para apresentação dos envelopes.

- **8.2.** A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3°, parágrafo 4°, da Lei Complementar n° 123/2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.
- **8.3.** Os envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação deverão estar separados, fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (envelope n° 02)
PREGÃO Nº. 153/2017
DATA DE ABERTURA: 20/12/2017- as 14h00min
NOME DO PROPONENTE:
CNPJ:
ENDEREÇO:
FONE/FAX:



8.4. Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública

8.4.1. Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR PREGÃO Nº. 153/2017

DATA DE ABERTURA: 20/12/2017- as 14h00min

8.5. Os envelopes lacrados contendo as propostas de preços e documentos de habilitação deverão ser protocolados no Protocolo-Geral do Município (junto ao Departamento de Tributação no Paço Municipal) até a hora marcada no Preâmbulo deste edital para abertura da sessão pública, quando não encaminhados via correio.

- 8.5.1. . A sessão pública não será iniciada enquanto houver empresas na fila do protocolo dos envelopes.
- 8.5.2. Após o início da sessão, não poderão participar certame as empresas que não tiverem os seus envelopes devidamente protocolados conforme o item 8.5.
- 8.5.3. Considera-se o início da sessão a manifestação do Pregoeiro, declarando aberta a sessão pública, devendo constar na Ata o efetivo horário da abertura e a justificativa para eventual atraso.
- 8.6. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.
- 8.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

9. DA PROPOSTA DE PREÇO

9.1. A proposta de preços, emitida por computador, somente conforme modelo padrão do sistema (Anexo VIII), redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:



- 9.1.1. As características do objeto de forma clara e precisa, descrevendo o serviço ofertado, indicando o nome da empresa prestadora, quantidade, prazos de validade, de garantia e de entrega, no que for aplicável, bem como os valores unitários e o total, sob pena de desclassificação de sua proposta.
- **9.1.2.** Preço unitário e total, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do PROJETO BÁSICO.
- **9.1.3.** O licitante deverá observar o valor máximo especificado no PROJETO BÁSICO, sob pena de desclassificação de sua proposta.
- 9.1.4. A Margem de Lucro Máxima permitida no preenchimento da célula C66 da Planilha de Custos do Transporte Escolar (Anexo VIII) será <u>25% (vinte e cinco por cento)</u> em todas as linhas/rotas.
- 9.1.5. É obrigatória a apresentação da proposta comercial acompanhada em conformidade com os valores da Planilha de Custos do Transporte Escolar (Anexo VIII).
- 9.1.6. A Planilha de Custos do Transporte Escolar (Anexo VIII) será disponibilizada aos licitantes interessados em participar da licitação em arquivo de planilha editável.
- 9.1.7. Para preenchimento da Planilha de Custos do Transporte Escolar (Anexo VIII), a empresa Licitante deverá alimentar os itens de custo das células coloridas, respeitado o valor máximo especificado no Projeto Básico.
- 9.1.8. Os valores correspondentes a despesas com Salário de Motorista e encargos trabalhistas foram extraídos da Convenção Coletiva do Trabalho 2017/2019, registrada perante o MTE PR002987/2017, em 15/08/2017, firmada entre os sindicados da categoria de transporte abrangendo a base territorial de Capanema/Pr.
- 9.2. Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, mão de obra, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.
- 9.3. <u>Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem</u> convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- **9.4.** Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- **9.5.** Ao assinar a Proposta de Preços, o proponente estará assumindo automaticamente o cumprimento de todas as condições lá estabelecidas.
- **9.6.** A proposta de preços padrão do sistema, depois de preenchida, também deverá ser salva em Pen-Drive ou CD-ROM e entregue ao Pregoeiro no momento do Credenciamento ou



dentro do Envelope n° 01 (PROPOSTA DE PREÇOS), para fins de lançamento no Sistema de julgamento.

- **9.7.** A licitante que não atender ao item 9.6, será desclassificada.
- 9.8. A licitante deverá apresentar dentro do envelope da Proposta Comercial, juntamente com a proposta em arquivo digital, Folha de Rosto da Proposta Comercial (Anexo VIII), a planilha contendo todos os custos relativos à prestação de serviços objeto desta licitação (Anexo IX), Certificado de Registro e Licenciamento de veículos, Bilhete de Seguro DPVAT dos veículos em nome da licitante ou em nome de sócio da empresa licitante e Atestado de Vistoria do Detran PR;
- **9.9.** A licitante deverá indicar na Folha de Rosto da Proposta Comercial (Anexo VIII) o veículo que será utilizado no transporte escolar, descrevendo a placa do veículo.
- **9.10.** O veículo indicado na Folha de Rosto da Proposta Comercial (Anexo VIII) deverá possuir capacidade de lotação de passageiros sentados em conformidade com o número mínimo de lugares indicados nas respectivas rotas/linhas, sob pena de desclassificação da proposta.
- **9.11.** A empresa poderá apresentar o mesmo veículo para mais de uma rota/linha, todavia, sagrando-se vencedora em mais de uma rota/linha, a empresa se obriga a comprovar a propriedade de diferentes veículos para prestação dos serviços de transporte escolar nas respectivas rotas/linhas como condição para assinatura do contrato, sob pena de desclassificação e convocação de outras empresas licitantes respeitada a ordem de classificação;
- 9.12. A empresa que pretenda participar mesmo que apenas em uma rota/linha deverá indicar o veículo que será utilizado no transporte escolar, que deverá possuir capacidade de lotação de passageiros sentados em conformidade com o número mínimo de lugares da respectiva rota/linha.
- **9.13.** Em futuro Reequilíbrio Econômico Financeiro, a empresa licitante deverá instruir o pedido com a planilha de custos do transporte escolar (Anexo IX), mantida a margem de lucro no percentual da proposta vencedora da Sessão Pública, com assinatura do representante legal, bem como instruída com demais comprovações que entender necessárias.

10. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- **10.1.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
 - 10.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.



- 10.3. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.
- 10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

11. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DAS REGRAS DE DESEMPATE

- 11.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
 - 11.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor UNITÁRIO do ITEM.
- 11.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.
- 11.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.
- 11.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente à penalidade de multa de 2% sobre o valor máximo do objeto previsto no PROJETO BÁSICO.
- 11.5. Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 11.6. O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.
- 11.7. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.



- 11.8. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.
- 11.9. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.
- 11.10. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.
- 11.11. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.
- 11.12. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, ou entre lances e lances o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3°, §2°, da Lei n° 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
 - a. Produzidos no País;
 - **b.** Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - 11.13. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.
- 11.14. Durante a sessão pública é permitido a um licitante fazer lance igual ao de um concorrente com intuito de empatar o certame, porém somente será possível o lance nestes termos caso um lance menor seja considerado inexequível.
 - 11.14.1. Não serão permitidos lances idênticos nos casos não previstos no subitem anterior.
- 11.14.2. O desempate nos casos previstos no subitem 11.14 se dará nos termos do item 11 deste edital.
- 11.14.3. Caso haja empate nos termos do item 11.14 entre empresas enquadradas como ME/EPP e não enquadradas, o desempate será por meio de sorteio.
- 11.15. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.



11.16. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 12.1. O julgamento será pelo menor preço do item.
- 12.2. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a Aquisição e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 12.3. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do serviço ofertado, sob pena de não aceitação da proposta.
- 12.4. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 2 (dois) dias úteis contados da solicitação.
- 12.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a sua continuidade.
- 12.6. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 12.7. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 12.8. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 12.9. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura Aquisição, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



- a) Consulta ao portal do TCE/PR quanto aos impedidos de licitar (http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx);
 - b) CNAE (www.cnae.ibge.gov.br);
 - c) SICAF;
- d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- e)Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php).
- f) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- g) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- h) Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

13.2. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;



- f) No caso de cooperativa:
- g) A ata de fundação e o estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;
 - h) O registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- i) O regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com ata da assembleia que os aprovou;
- j) Os editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- k) A ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- m) Para qualquer tipo de empresa: Certidão simplificada de registro do comercio Junta Comercial, cuja pesquisa tenha sida realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para apresentação dos envelopes, salvo o previsto na alínea "c" deste subitem;

13.3. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias;
- **b)** Prova de regularidade referente aos Débitos Previdenciários (INSS Instituto Nacional da Seguridade Social);
- c) Prova de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando a situação regular, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- **d)** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal);
- **d.1)** A aceitação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União está condicionada à verificação da correspondente autenticidade nos seguintes endereços eletrônicos: www.receita.fazenda.gov.br e www.pgfn.fazenda.gov.br.
- e) Prova de regularidade para com a Receita Estadual, da unidade de federação da sede da licitante;
- **f)** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, (Certidão Negativa de Tributos Municipais, emitida pela Município da sede do licitante);



13.4. RELATIVA À REGULARIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação;

13.4.1. RELATIVA À REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), de acordo com a Lei 12.440/11(validade 180 dias contados da data de sua emissão).

13.4.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) vigente de todos os veículos que irão executar os serviços, em consonância com suas respectivas rotas, Bilhete de Seguro DPVAT (ESSES DOCUMENTOS DEVERÃO SER INCLUÍDOS DENTRO DO ENVELOPE DA PROPOSTA DE PREÇOS);
- b) Cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação de todos os motoristas que irão executar os serviços (no mínimo categoria D), em consonância com suas respectivas rotas, bem como comprovação que o(s) respectivos motorista(s) possuem aprovação em curso de especializado válido à condução de escolares, conforme determina o art. 138, V, do Código de Trânsito Brasileiro;
- b1.) Os veículos acima elencados deverão ser de propriedade da empresa licitante ou de sócio da empresa licitante, bem como os motoristas acima elencados deverão pertencer ao quadro de empregados da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a empresa licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame;
- b) Atestado de vistoria fornecido pelo DETRAN/PR, de que os veículos a serem utilizados pelo licitante no transporte de estudantes oferecem condições para tal (ESSES DOCUMENTO DEVERÁ SER INCLUÍDO DENTRO DO ENVELOPE DA PROPOSTA DE PREÇOS).
- c.1) Não será admitido para fins de comprovação do atestado mencionado no item c acima, apenas o protocolo do pedido e o comprovante de pagamento da taxa perante o DETRAN/PR;



c.2) Não será exigido registro da carroceria do veículo do tipo transporte escolar perante o DETRAN PR, conforme faculta do art. 1º, *caput*, do Informativo 13, de 27 de junho de 2017 do COOVE - Coordenadoria de Veículos do DETRAN/PR.

13.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (DECLARAÇÕES):

- a) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de contratar com a Administração, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital.
- **b)** Declaração de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal. (conforme modelo no **Anexo IV** deste Edital Regularidade com o Ministério do Trabalho).
- c) PROTOCOLO DE ENTREGA de retirada do Edital e Arquivos, devidamente assinado. (Item desclassificatório) Esse protocolo deverá vir preferencialmente no Envelope da Proposta de Preços.
- 13.6. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** (envelope n° 02) poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada por cartório competente, ou cópia simples que poderá ser autenticada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação ou Funcionário do Setor de Licitações, no decorrer da sessão desde que o original esteja na posse do representante credenciado, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet.
- 13.7. As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 90 dias contados da data da abertura da sessão pública.
- 13.8. As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de desclassificação (art. 43 da LC nº 123/06).
- 13.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da ME/EPP, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1°, da LC n° 123/06 e n° 147/14);



13.10. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente

posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da

fase recursal (art. 4°, § 2°, do Decreto 6.204/07);

13.11. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará

decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº

8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, para a assinatura

do contrato, ou revogar a licitação.

13.12. O proponente que não cumprir com o disposto no item 15 e seus subitens será

desclassificado.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de

até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da eventual solicitação do Pregoeiro.

14.1.1. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou

digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser

assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.1.2. A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e

agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.1.3. A Proposta final também deverá obrigatoriamente vir acompanhada de nova

planilha de custos do transporte escolar (Anexo XI), devidamente assinada pelo representante legal

da empresa Licitante, a ser refeita tomando por base os valores apresentados na Planilha

apresentada na Sessão Pública, usando tão somente da célula "C66" (Margem de Lucro) para

readequação do valor do lance vencedor ao valor final do Kilômetro rodado informado na célula

"G76".

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração

no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo,

tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o

licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no

artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma

imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de



três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

- 15.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 15.3. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
- 15.4. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.
- 15.5. O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.
- 15.7. As decisões Administrativas sobre os Recursos Administrativo serão autuadas no processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 15.8. As Razões e as Contrarrazões de Recurso Administrativo deverão ser protocolizadas junto ao Protocolo da Prefeitura Municipal de Capanema, ou remetida via postal, endereçada a Divisão de Licitações do Município, considerando-se o prazo fatal para a tempestividade da impugnação a data de recebimento da correspondência, a qual deverá respeitar o prazo assinalado no item 17.1 deste edital.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17. DO INSTRUMENTO DO CONTRATO

- 17.1. A Aquisição será formalizada por meio de contrato.
- 17.2. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos (não são 30 dias úteis), para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



- 17.3. O prazo previsto no subitem anterior não será prorrogado.
- 17.4. É condição para a assinatura do Contrato, que a Adjudicatária comprove:
- 17.4.1. Cópia da Apólice de Seguro, comprovando o seguro de Responsabilidade Civil para passageiros transportados, com garantia única, contendo a placa do veículo a que se refere, sendo os seguintes valores:
- a) Para veículos com capacidade igual ou superior a 18 (dezoito) passageiros: mínimo de R\$ 2.742.581,14 (dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e oitenta e um reais e quatorze centavos);
- b) Para veículos com capacidade inferior a 18 (dezoito) passageiros: mínimo de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais);
- c) Em todos os tipos de veículos, as apólices também devem prever a cobertura de SEGURO CONTRA TERCEIROS, com valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- d) Em caso de pagamento do seguro parcelado, a Adjudicatária ficará obriga a apresentar cópia das respectivas guias de pagamentos a Fiscal do Contrato.
- 17.4.2. Certificado de Segurança Veicular/Laudo de vistoria que deverá ser emitido por entidade credenciada pelo INMETRO e homologada pelo Departamento Nacional de Trânsito DENATRAN, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias.
- 17.4.2.1. Durante a execução do Contrato, vencido o Certificado/Laudo de Vistoria descrito no item 17.4.2., a empresa Contratada deverá semestralmente apresentar novo Certificado/Laudo de Vistoria, sempre respeitada a data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias, conforme disciplina o art. 136, do Código de Transito Brasileiro.
- 17.4.3. O Licenciamento dos veículos escolares no Município de Capanema/Pr, mediante a apresentação de Cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), haja visto que por força do art. 2º, *caput*, da Portaria nº 181/2009 DG, do DETRAN/PR, a vistoria para autorização semestral destinada à condução coletiva de escolares é realizada por Comissão composta por servidores da CIRETRAN do Município do registro do veículo;
- 17.4.4. A indicação dos respectivos veículos que farão o transporte escolar, no caso de licitante se sagrar vencedora de mais de uma uma rota/linha, descrevendo os veículos que serão utilizados no transporte escolar pela placa.
- 17.4.5. A indicação de representante da empresa Contratada em Capanema/Pr, através de Protocolo perante o Protocolo Geral do Município de Capanema, do



nome, telefone e endereço de pessoa legitimada pela empresa Contratada para sanar problemas e vícios na execução dos serviços durante a vigência contrato.

- 17.5. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta online ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 17.6. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação, bem como não apresentar os documentos descritos nos subitens 17.4.1, 17.4.2, 17.4.3, 17.4.4 e 17.4.5., ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato, imediatamente será convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 17.7. Após a assinatura do contrato, no prazo de 02 (dois) dias, a empresa deverá estabelecer contato com a Fiscal do Contrato, Servidora Jeandra Wilmsen, para agendar a instalação do Equipamento de Rastreamento Veicular no veículo que fará o transporte escolar.
- 17.8. O pagamento dos serviços de transporte escolar tomará por base a quantidade de Kilômetros rodados em cada rota/linha apurados pelos Sistema de Monitoramento do Rastreamento Veicular.
- 17.9. Caso o equipamento de Rastreamento veicular seja violado, ou em caso de substituição de veículo, a rota diária será calculada com base na previsão indicada na respectiva rota/linha constante do Projeto Básico.
- 17.10. Ocorrendo infrações de trânsito, a execução do transporte escolas em alta velocidade, desvios de rotas não justificados, tais fatos serão imediatamente levados a conhecimento da Fiscal do Contrato e da Procuradoria para adoção das providências cabíveis.
- 17.11. Desvios de rotas não justificadas e em desconformidade com a respectiva rota escolar de cada linha não serão remuneradas, devendo ser deduzidos tais Kilômetros no momento do pagamento mensal.
- 17.12. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO



18.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste, podendo, por interesse da Administração Pública, ser prorrogado por sucessivos períodos, conforme autoriza do art. 57, II, da Lei 8.666/1993.

19. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 19.1. A empresa vencedora deverá prestar o serviço imediatamente após a solicitação feita pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
- 19.2. Caso haja algum imprevisto que exija a alteração ou acréscimo da rota durante a execução dos serviços, em razão de consertos de estadas rurais, alagamentos e outros, a comprovação do acréscimo é de responsabilidade da empresa contratada, por meio de controle do hodômetro e outras provas que constatem a necessidade de desvio da rota programada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
- 19.3. A empresa fica obrigada a prestar os serviços durante todo o calendário escolar, que será fornecido para a CONTRATADA, pela CONTRATANTE, no Ato da Assinatura do contrato.
- 19.4. A CONTRATADA é obrigada a prestar os serviços durante os 200 (duzentos) dias letivos do Calendário Escolar, acrescido dos dias referentes a eventos previstos no mesmo calendário que necessitarão de transporte, perfazendo um total estimado de 220 (duzentos e vinte) dias.
- 19.5. A CONTRATADA somente poderá transportar estudantes devidamente identificados e que estejam portando o Passe Escolar.
- 19.6. A CONTRATADA fica proibida de oferecer carona a pessoas que não são estudantes e que não estejam portando o Passe Escolar, sob pena de rescisão do contrato, saldo na condição de portarem autorização expressa emitida pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
- 19.7. A CONTRATADA deverá realizar o transporte dos estudantes no período matutino e vespertino (quando for o caso).
- **19.7.1.** No período matutino, a CONTRATADA deverá iniciar coleta dos estudantes, conforme localidades descritas no Projeto Básico, às 05h00min, transportando estes até o seu local de destino, ou seja, até as escolas.
- **19.7.2.** Ao fim das aulas no período matutino, que ocorrerá às 11h30min., a CONTATADA deverá realizar a coleta dos estudantes em suas escolas, e entrega-los nas suas localidades de origem.
- **19.7.3.** No período vespertino, a CONTRATADA deverá iniciar coleta dos estudantes, conforme localidades descritas no Projeto Básico, às 12h00min., transportando estes até o seu local de destino, ou seja, até as escolas.



- **19.7.4.** Ao fim das aulas no período vespertino, que ocorrerá às 17h15min., a CONTRATADA deverá realizar a colega dos estudantes em suas escolas, e entrega-los nas suas localidades de origem.
- **19.8..** A CONTRATADA deverá executar os serviços com suas próprias ferramentas, com seus próprios veículos e com seus próprios funcionários, ficando sob sua inteira responsabilidade sobre qualquer acidente que porventura acontecer com seus funcionários e/ou os estudantes, durante a execução dos serviços.
 - **19.9..** Os serviços ora contratados não poderão ser subcontratados a terceiros.
- 19.10 A Administração Municipal poderá, durante o prazo de vigência do contrato, alterar a quilometragem de algumas rotas, visando a melhoria e a economicidades dos percursos, entre outros fatores de interesse público, desde que isso ocorra de forma justificada, por escrito, formalmente documentada no processo licitatório, respeitando-se os preceitos da Lei 8.666/93.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 20.1. **Caberá à CONTRATADA**, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste edital e no Contrato:
- **a)** A Contratada obriga-se a entregar o objeto no tempo, lugar e forma estabelecidos previamente pela Administração Municipal, conforme especificações contidas no PROJETO BÁSICO;
- **b)** A Contratada deve se manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) A Contratada fica obrigada a garantir a qualidade do objeto, pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses da entrega deste, contra defeitos de fábrica;
- **d)** Durante o prazo de garantia, caso não seja possível a solução do problema no próprio local onde se encontre o objeto e haja necessidade de transporte para sede própria da Contratada, fica sob responsabilidade desta todos os ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem e outros que por ventura se fizerem necessários à perfeita solução do problema;
- **e)** promover a venda dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;
- **f)** prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;



g) adotar medidas para a venda solicitada, observando todas as condições e especificações aprovadas pela Contratante;

- h) cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidos;
- i) substituir imediatamente qualquer objeto que não atenda às normas sem direito a ressarcimento e sem ônus para a Contratante;
- **j)** observar, rigorosamente, a legislação e as normas regulamentares emanadas pelos Órgãos competentes;
- **k)** atentar-se para as normas relativas a volumes e outras, quando do transporte do objeto;
- I) encaminhar à Contratante a Nota Fiscal/Fatura correspondendo ao objeto entregue, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a efetiva entrega;
- m) quando ocorrer a necessidade de assistência/entrega técnica, o fornecedor deverá comparecer até o local onde se encontre o equipamento em até 24 (vinte e quatro) horas após solicitação, com os profissionais e equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços;
- n) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- o) Cumprir plenamente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil; deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e em todas as condições exigidas na Lei 8.666/93.

21. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 21.1. ACONTRATANTE obriga-se a:
- 21.1.1. Receber provisoriamente e definitivamente o objeto, disponibilizando local, data e horário.
- 21.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- 21.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado.
 - 21.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.



22. DA GARANTIA DO OBJETO E DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- 22.1. O objeto entregue deverá ter, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses de garantia contados da data da entrega.
- 22.2. A licitante fica obrigada a garantir a prestação de assistência técnica durante o prazo de garantia e após este por prazo não inferior a 60 meses.
- 22.3. Durante o prazo de garantia, caso não seja possível a solução do problema no próprio local onde se encontre o objeto e haja necessidade de transporte para sede própria da proponente, fica sob responsabilidade desta todos os ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem e outros que por ventura se fizerem necessários à perfeita solução do problema.
 - 22.4. Incumbe à Contratada o ônus da prova da origem do defeito.
- 22.5. A contratada é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.
- **22.6.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

23. DO PAGAMENTO

- 23.1. O pagamento será feito pelo Município de Capanema/PR em parcela única.
- 23.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, subsequentes ao recebimento definitivo do objeto.
- 23.3. Ao ser emitida a Nota Fiscal, deverá ser imediatamente enviada por e-mail, nos endereços eletrônicos: empenho@capanema.pr.gov.br e/ou compras@capanema.pr.gov.br, ou entregue em mãos dos Servidores designados para o pagamento, para fins de liquidação de empenho.
 - 23.4. O pagamento será efetuado por meio da Tesouraria do Município.
- 23.5. Além dos procedimentos obrigatórios dispostos juntos ao Edital, as notas fiscais deverão obrigatoriamente ser emitidas em nome do Município de Capanema, CNPJ 75.972.760/0001-60, Endereço: Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1080, Centro. Município: Capanema PR, CEP: 85760 000.
- 23.6. A Contratada deverá encaminhar junto à Nota Fiscal, documento em papel timbrado da empresa informando a Agencia Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento.
- 23.7. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.
- 23.8. A nota fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de



preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outros

- 23.9. A CONTRATADA se obriga a revalidar todas as suas certidões e documentos vencidos, que tenham sido apresentados na ocasião da habilitação ou junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Capanema. Os pagamentos somente serão efetivados caso a CONTRATADA apresente situação regular.
- 23.10. Qualquer suspensão de pagamento devido à falta de regularidade do fornecedor não gerará para a CONTRATANTE nenhuma responsabilidade nem obrigação de reajustamento ou atualização monetária do valor devido.
- 23.11. Na ocasião do pagamento a Contratada deverá apresentar na tesouraria da Contratante, além dos documentos exigidos nos subitens anteriores:
- a) Certidões de regularidade junto ao INSS e ao FGTS da Licitante, emitidas no respectivo mês do pagamento.

b) Termo de recebimento definitivo do objeto.

CNPJ's.

- 23.12. Em caso de não cumprimento pela CONTRATADA de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.
- 23.13. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.
- 23.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras.
- 23.14.1. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 23.15. A Administração somente efetuará o pagamento após a ocorrência das seguintes hipóteses, sendo facultada a adoção de apenas uma delas:
- 23.15.1. Mediante a comprovação da quitação dos tributos referentes à aquisição ou prestação de serviço contratado; ou
- 23.15.2. Mediante retenção diretamente sobre o valor devido ao contratado do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), caso o referido tributo incida na aquisição, bem como o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nos termos da Lei Complementar Federal nº 116/03, e na Lei Municipal 950/03.



- 23.16. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 23.17. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.
- 23.18. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.
 - 23.19. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do Contrato.

24. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 24.1. Comete infração administrativa, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
- a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
 - b) Apresentar documentação falsa;
 - c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - d) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
 - e) Comportar-se de modo inidôneo;
 - f) Cometer fraude fiscal;
 - g) Fizer declaração falsa;
 - h) Ensejar o retardamento da execução do certame.
 - 24.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Capanema e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até dois anos;
- 24.3. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantidas a prévia defesa:



- Advertência por escrito;
- b) Multas:
- b.1. Multa de 0,5 % por dia de falta ou recusa na entrega do objeto, calculada sobre o valor total do item vencido pela licitante, limitada ao percentual máximo de 10% do valor total do item, a partir do qual estará configurada a sua inexecução total;
- b.2. Multa de 5% sobre o valor do item no caso de inexecução parcial do contrato;
- b.3. Multa de 0,2 % sobre o valor total do item, por infração a qualquer cláusula ou condição da ata ou do edital não especificada nas alíneas "a" e "b" deste item, aplicada em dobro na reincidência;
- b.4. Multa de 5% sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;
- b.5. Multa de 20% sobre o valor total do contrato, quando configurada a sua inexecução total.
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de 24.4. contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 – Centro – 85760-000



- 24.6. A multa será descontada da garantia do contrato, caso houver, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
- 24.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.
 - 24.8. As demais sanções são de competência exclusiva do Pregoeiro.
- 24.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 24.10. As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.
 - 24.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 24.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

25. DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 25.1. Constituem motivo para a rescisão do Contrato:
- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da entrega do objeto, nos prazos estipulados;
 - d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) Entrega parcial do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- **f)** A subcontratação total do seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;
- g) A subcontratação parcial do seu objeto, sem que haja prévia aquiescência da Administração e autorização em contrato.
- h) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;



 i) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

- j) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- k) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- m) Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- n) A supressão, por parte da Administração, dos objetos, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- o) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da entrega do objeto, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- q) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para entrega dos materiais, nos prazos contratuais;
- r) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- s) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 25.2. A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

26. DA REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO



26.1. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar

tal conduta.

26.2. A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente

fundamentado.

27. DA ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO

27.1. A Administração, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular o

procedimento quando eivado de vício insanável.

27.2. A anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o

contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente

fundamentado.

27.3. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela

Administração.

27.4. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na

nulidade dos atos que diretamente dependam ou sejam consequência do ato anulado.

27.5. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade

competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

27.6. A nulidade do contrato administrativo opera efeitos retroativamente, impedindo os

efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já

produzidos.

27.7. A nulidade do contrato não exonera a Administração do dever de indenizar o

contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros

prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a

responsabilidade de quem lhe deu causa.

27.8. Nenhum ato será declarado nulo se do defeito não resultar prejuízo ao interesse

público ou aos demais interessados.

28. DA FISCALIZAÇÃO

28.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na

verificação da conformidade da entrega do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma

a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um representante da



Administração, especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

- 28.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do objeto e do contrato.
- 28.3. A verificação da adequação da entrega do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos no PROJETO BÁSICO e especificações do objeto contratual.
- 28.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:
- a) os resultados alcançados em relação à Contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
 - c) a qualidade e quantidade dos recursos e material utilizados;
 - d) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
 - e) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
 - f) a satisfação do público usuário.
- 28.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade do objeto, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 28.6. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 28.7. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 – Centro – 85760-000



28.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 29.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 29.2. Esta licitação poderá ser revogada por interesse público e anulada por ilegalidade de oficio ou mediante provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, aplicando-se os procedimentos inerentes aos recursos quanto à concessão de prazo para contraditório.
- 29.3. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e em atendimento ao disposto no §1° do artigo 32 da Lei 8.666/93.
- 29.4. Será(ão) lavrada(s) ata(s) do(s) trabalho(s) desenvolvido(s) em ato público de abertura dos envelopes, a(s) qual(is) será(ão) assinada(s) pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e representantes credenciados presentes.
- 29.5. A licitação não implica da obrigatoriedade de compra por parte do Município de Capanema. Até a entrega do empenho, poderá o licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a contratante tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.
- 29.6. Qualquer impugnação, recurso, ou troca de documentos relacionados a este Edital deverão ser protocolizados junto ao Protocolo da Prefeitura Municipal de Capanema, ou remetida via postal, endereçada a Divisão de Licitações do Município, considerando-se a data de recebimento da correspondência para verificação da tempestividade dos atos, respeitando-se os prazos previstos neste edital.
- 29.7. Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos deverão ser protocolizados junto a Prefeitura do Município de Capanema, Avenida Gov. Pedro



Viriato Parigot de Souza, 1080, Centro – CEP 85.760.000 – Capanema, Estado do Paraná, no horário das 7h45min.às 11h30min.e das 13h15min.às 17h30min.

30. DO FORO

30.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Capanema-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Capanema-PR, 05 de dezembro de 2017

Américo Bellé Prefeito Municipal



PROJETO BÁSICO

1. ORGÃOS INTERESSADOS

1.1. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

2. OBJETO

2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES RESIDENTES NO INTERIOR DO MUNICIPIO DE CAPANEMA-PR ATÉ AS ESCOLAS DA CIDADE E ESCOLAS NUCLEARIZADAS E ESTUDANTES DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS CAPANEMA DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO.

3. RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO

3.1. Zaida Teresinha Parabocz

4. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

- **4.1.** Esta Licitação se faz necessário para o transporte de estudantes residentes na zona rural do Município de Capanema PR até as escolas da zona urbana e escolas nuclearizadas durante o período de 12 (doze) meses
- **4.2.** As quantidades foram definidas mediante medições realizadas, pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, nos trechos a serem percorridos, multiplicado pela quantidade dos dias letivos, que perfazem 220 (duzentos e vinte) dias.
- **4.3.** Os valores máximos de cada item foram definidos através dos menores preços obtidos de orçamentos solicitados pela Administração a três empresas distintas, que seguem em anexo a este Projeto Básico.
- 4.4. O custo total máximo estimado para esta aquisição é de R\$ 1.950.082,64 (Um Milhão, Novecentos e Cinqüenta Mil e Oitenta e Dois Reais e Sessenta e Quatro Centavos),

Item	Nome do serviço	Quantidade	Preço máximo	Preço máximo
	ROTA 01 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE MARECHAL	25.520,00		121.220,00



	LOTT, VARGEM BONITA, OURO AZUL, ESTRELA OESTE, FARADAY, LINHA JACARÉ, ALTO PINHEIRO E PINHEIRO, CIDADE TURNO MATUTINO.				
2	ROTA 02 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE DUAS BARRAS, MARECHAL LOTT, LINHA ESMERALDA, LINHA VACA BRANCA, LINHA SANTA MARIA, SANTA TEREZINHA, CRISTO REI, TURNO MATUTINO.	19.646,00	KM	4,90	96.265,40
3	ROTA 03 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE LAGEADO GRANDE, SÃO SEBASTIÃO, TIGRINHO, NOSSA SENHORA DO CARMO, SANTO ANTÔNIO DO SIEMENS, TRÊS ANGICOS E CIDADE, TURNO MATUTINO.	19.734,00	KM	4,90	96.696,60
4	ROTA 04 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE PORTO MOISÉS LUPION, RESSACA, SANTA CLARA, CAMBUÍ, SÃO LUIZ, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	30.272,00	KM	4,72	142.883,84
5	ROTA 05 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 44 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE SANTA ANA, NOVA VENEZA, PAVÃO, SÃO LUIZ, CAMBUÍ, PELO ASFALTO NOVO, CIDADE, TURNO MATUTINO E VESPERTINO	21.516,00	KM	4,90	105.428,40
6	ROTA 06 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE SANTA ANA, FLOR DA SERRA, SÃO PEDRO,	22.660,00	KM	4,90	111.034,00



	1	T	1	_	1
	CIDADE, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.				
7	ROTA 07 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 44 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE S. JOSE, SANTA MARIA, LINHA UNIÃO, RIOGRANDENSE, VOLTA GRANDE, CRISTO REI, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	20.900,00	KM	4,90	102.410,00
8	ROTA 08 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE PINHEIRO, ALTO PINHEIRO, TIMBAÚVA, SANGA DOS PORCOS, SÃO SEBASTIÃO, SÃO JOÃO, LINHA BRIZOLA, LINHA TAMANDUÁ, L. GRANDE, PINHEIRO, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	31.900,00	KM	4,75	151.525,00
9	ROTA 09 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM MICROÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 27 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE DUAS BARRAS, LINHA IPIRANGA, ESMERALDA, VACA BRANCA, BOM RETIRO, PINHEIRO, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	21.032,00	КМ	4,60	96.747,20
10	ROTA 10 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM MICROÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE FARADAY, LINHA MOURA, ESQUINA EGON, REDENÇÃO, LINHA DOIS IRMÃOS, OURO AZUL, LINHA MORAIS, FARADAY, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	26.180,00	KM	4,60	120.428,00
11	ROTA 11 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM KOMBI, COM CAPACIDADE DE MÍNIMA DE 9 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE, BARRA SIEMENS, SÃO JOSÉ, BOA VISTA,	24.200,00	KM	3,60	87.120,00



	SANTA TEREZINHA, CRISTO REI, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.				
12	ROTA 12 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE LINHA JACARÉ, LINHA BRIZOLA, ALTO PINHEIRO, PINHEIRO, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	10.340,00	KM	4,90	50.666,00
13	ROTA 13 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE LINHA BONITA, LINHA GAÚCHA, LINHA CARBONE, NOVA GAÚCHA, CIDADE, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	18.480,00	KM	4,90	90.552,00
14	ROTA 14 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE MARECHAL, VARGEM BONITA, ESTRELA, LINHA DOIS IRMÃOS, FARADAY, TURNO MATUTINO VESPERTINO.	23.056,00	KM	4,90	112.974,40
15	ROTA 15 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE PINHEIRO, LINHA REDENÇÃO, BOM RETIRO, LAGEADO GRANDE, LINHA TAMANDUÁ, CRISTO REI, SÃO PEDRO E CIDADE, TURNO MATUTINO.	16.104,00	KM	4,90	78.909,60
16	ROTA 16 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE PORTO MOISÉS LUPION, SANTA CLARA, VOLTA P/RESSACA, SÃO LUIZ, ENT PAVÃO, CAMBUÍ, SÃO FRANCISCO, CIDADE, TURNO MATUTINO.	18.612,00	KM	4,90	91.198,80
17	ROTA 17 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40	25.520,00	KM	4,90	125.048,00



	LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE LINHA CURITIBANA, CAMBUÍ, LINHA SÃO FRANCISCO, ENGENHEIRO PINTO E CIDADE, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.				
18	ROTA 18 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM KOMBI OU VEÍCULO ASSEMELHADO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 9 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE PORTO MOISÉS LUPION, RESSACA, SANTA CLARA, SÃO LUIZ, CAMBUÍ, CRISTO REI, CIDADE, TURNO VESPERTINO.	30.008,00	KM	3,80	114.030,40
19	ROTA 19 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS DE NO MÍNIMO 44 LUGARES NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE IGUAÇU VEÍCULOS, BAIRRO SÃO CRISTOVÃO, SUPERMERCADO LUERSEN, MERCADO SCHENCKEL, SESI, COLÉGIO ESTADUAL ROCHA POMBO, FACHINELLO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MERCEARIA PARANÁ, RESTAURANTE VITÓRIA ATÉ O IFPR, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	8.140,00	KM	6,75	54.945,00

TOTAL: R\$1.950.082,64 (Um Milhão, Novecentos e Cinqüenta Mil e Oitenta e Dois Reais e Sessenta e Quatro Centavos).

5. CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

- **5.1.** A empresa vencedora deverá prestar o serviço imediatamente após a solicitação feita pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
- 5.2. Caso haja algum imprevisto que exija a alteração ou acréscimo da rota durante a execução dos serviços, em razão de consertos de estadas rurais, alagamentos e outros, a comprovação do acréscimo é de responsabilidade da empresa contratada, por meio de controle do hodômetro e outras provas que constatem a necessidade de desvio da rota programada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
- 53. A empresa fica obrigada a prestar os serviços durante todo o calendário escolar, que será fornecido para a CONTRATADA, pela CONTRATANTE, no Ato da Assinatura do contrato.



- 5.4. A CONTRATADA é obrigada a prestar os serviços durante os 200 (duzentos) dias letivos do Calendário Escolar, acrescido dos dias referentes a eventos previstos no mesmo calendário que necessitarão de transporte, perfazendo um total estimado de 220 (duzentos e vinte) dias.
- 5.5. A CONTRATADA somente poderá transportar estudantes devidamente identificados e que estejam portando o Passe Escolar.
- 5.6. A CONTRATADA fica proibida de oferecer carona a pessoas que não são estudantes e que não estejam portando o Passe Escolar, sob pena de rescisão do contrato, salvo na condição de portarem autorização expressa emitida pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes ou da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.
- 5.7. A CONTRATADA deverá realizar o transporte dos estudantes no período matutino e vespertino (quando for o caso).
- **5.7.1.** No período matutino, a CONTRATADA deverá iniciar coleta dos estudantes, conforme localidades descritas no Projeto Básico, às 05h00min, transportando estes até o seu local de destino, ou seja, até as escolas.
- **5.7.2.** Ao fim das aulas no período matutino, que ocorrerá às 11h30min., a CONTATADA deverá realizar a coleta dos estudantes em suas escolas, e entrega-los nas suas localidades de origem.
- **5.7.3.** No período vespertino, a CONTRATADA deverá iniciar coleta dos estudantes, conforme localidades descritas no Projeto Básico, às 12h00min., transportando estes até o seu local de destino, ou seja, até as escolas.
- **5.7.4.** Ao fim das aulas no período vespertino, que ocorrerá às 17h15min., a CONTRATADA deverá realizar a colega dos estudantes em suas escolas, e entrega-los nas suas localidades de origem.
- **5.8..** A CONTRATADA deverá executar os serviços com suas próprias ferramentas, com seus próprios veículos e com seus próprios funcionários, ficando sob sua inteira responsabilidade sobre qualquer acidente que porventura acontecer com seus funcionários e/ou os estudantes, durante a execução dos serviços.
 - **5.9..** Os serviços ora contratados não poderão ser subcontratados a terceiros.
- 5.10 A Administração Municipal poderá, durante o prazo de vigência do contrato, alterar a quilometragem de algumas rotas, visando a melhoria e a economicidades dos percursos, entre outros fatores de interesse público, desde que isso ocorra de forma justificada, por escrito, formalmente documentada no processo licitatório, respeitando-se os preceitos da Lei 8.666/93.



6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

6.1. O contrato terá validade de 12 meses, podendo haver prorrogações.

7. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A do Contrato será acompanhado, controlado, fiscalizado, gerenciado e avaliado por Jeandra Wilmsen.

Capanema, 23 de novembro de 2017.

Zaida Teresinha Parabocz Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO(*)

(papel timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax)

Local e data

Ao Município de Capanema - PR

Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 – Centro

85.760-000 – Capanema – PR.

REF. PREGÃO PRESENCIAL N.º 153/2017

(Assinatura do representante legal

Nome

RG/CPF

Cargo

(*) NOTA: DOCUMENTO OBRIGATÓRIO - APRESENTAR <u>FORA DOS ENVELOPES</u>, NO INÍCIO DA SESSÃO.



ANEXO II MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO(*)

(em papel preferencialmente timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal)

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede
(endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob n.ºe Inscrição Estadual sob n.º
, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s))
Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF
n.º, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a)
Sr(a) portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF
n.º, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social
da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente
PREGÃO PRESENCIAL nº. 153/2017, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as
fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (N° 01) e
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (N° 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances
ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s)
de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso
administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de
interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os
esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao
certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia

(Assinatura do representante legal COM FIRMA RECONHECIDA)

Nome

Recomendação: Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.

(*) NOTA: DOCUMENTO OBRIGATÓRIO - APRESENTAR <u>FORA DOS ENVELOPES</u>, NO INÍCIO DA SESSÃO – ACOMPANHADO POR DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO.



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

(Abaixo consta modelo para apresentação da Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração. A Declaração deverá ser entregue em papel timbrado da empresa licitante, com assinatura de seu Representante Legal).

<u>DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE LICITAR OU CONTRATAR</u> <u>COM A ADMINISTRAÇÃO</u>

Referência:		
Ao		
Município de Capanema -	PR	
Pregão Presencial nº 153	3/2017	
	, inscrita no CNPJ/MF nº	, por intermédio de seu
		(a) do documento de identidade RG
		, DECLARA, sob as penas
		para licitar ou contratar com a
Administração, ciente da obrigat	oriedade de declarar ocorrência	s posteriores.
, de	de 2017.	
	(Assinatura do representante Nome RG/CPF Cargo	e legal
NOTA(*): DOCUMENTO	OBRIGATÓRIO – APRESENTA	AR <u>DENTRO</u> DO ENVELOPE 2 -
HABILIATAÇÃO.		



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO(*)

(em papel preferencialmente timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal)

Abaixo consta modelo para apresentação da Declaração de Atendimento ao disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal. A declaração deverá ser entregue em papel timbrado da empresa licitante, com assinatura de seu Representante Legal. Em caso de necessidade, deve ser feita a ressalva relativa ao emprego de aprendiz; se não for o caso, esta ressalva não deve constar da declaração.

<u>DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE NO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM</u> <u>ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL</u>

Referência:			
Município de Capanema - Pl	R		
Pregão Presencial nº 153/2	2017		
, i	nscrita no CNPJ/MF	nº	, por intermédio de seu
representante legal, o(a) Sr(a)			
nº, emitido pela	a SSP/ , e do CPF	nº , [DECLARA, sob as penas
da lei, para fins do disposto no in	iciso V do artigo 27 d	da Lei Federal nº 8	.666, de 21 de junho de
1993, acrescido pela Lei nº 9.854	, de 27 de outubro de	e 1999, que não en	nprega menor de dezoito
anos em trabalho noturno, perigos	so ou insalubre e que	não emprega meno	or de dezesseis anos.
Ressalva, ainda, que empre	ga menor, a partir de	quatorze anos, na	condição de aprendiz.
, de	de 2017.		
	(Assinatura do repre	esentante legal	
	Nome)	
	RG/CF	F	
	Cargo)	
NOTA(*): DOCUMENTO O	BRIGATÓRIO – API	RESENTAR DENT	<u>RO</u> DO ENVELOPE 2 –
HABILIATAÇÃO.			



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE(*)

(em papel preferencialmente timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal)

(CASO O LICITANTE ESTEJA ENQUADRADO NOS TERMOS DA LC Nº 123, E OPTE POR EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA, DEVERÁ APRESENTAR ESTA DECLARAÇÃO ACOMPANHADA DA "CERTIDÃO SIMPLIFICADA DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE ATUALIZADA, EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA SEDE DA LICITANTE).

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas	previstas neste ato
esa	(denominação da
é microempresa ou e	mpresa de pequeno
adramento previsto na Lei Complementar nº 123, de	: 14 de dezembro de
ro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a	exercer o direito de
de desempate no procedimento licitatório do Pr	egão Presencial nº
lunicípio de Capanema – PR.	
(Assinatura do representante legal	
Nome	
RG/CPF	
Cargo	

(*) NOTA: DOCUMENTO OPCIONAL - APRESENTAR <u>FORA DOS ENVELOPES</u>, NO INÍCIO DA SESSÃO ACOMPANHADO PELA CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL.



ANEXO VI TERMO DE INDICAÇÃO DE COLABORADOR RESPONSÁVEL

(para controle e gerenciamento do Contrato)

~					
1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	0				
Pregão Presencial nº	153/2017				
2. INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL	PELA ATA DO CONTRATO				
Por este instrumento, a empre	sa , inscrita no CNPJ/MF				
nº, com sede à	, representada neste ato por seu				
(identificar qualific	cação), o(a) Sr(a), portador(a) do				
documento de identidade RG nº	, emitido pela SSP/, e do CPF nº,				
nomeia e constitui a(s) pessoa(s) abaixo	relacionada(s) como responsável(is) para acompanhar a				
execução do Contrato, assim como proce-	der às ações necessárias ao seu cumprimento, tais como:				
a) receber e assinar em nome da empresa	ordens de serviços emitidas pelo Município de Capanema;				
b) acompanhar a execução dos serviços	solicitados; c) receber e assinar em nome da empresa o				
Atestado de Recebimento e Aprovação; d) receber e assinar em nome da empresa notificações da				
Contratante solicitando o refazimento dos s	serviços recusados ou a complementação nas quantidades				
solicitadas nas ordens de serviços; e) rece	eber reclamações de serviços prestados inadequadamente				
e providenciar o seu refazimento; f) entre	gar em nome da empresa os atestados de recebimento e				
aprovação e as notas fiscais decorrentes	dos serviços prestados; g) receber e assinar em nome da				
empresa notificações de qualquer naturez	a recebidas da Contratante e relacionadas à execução dos				
serviços constantes no Contrato; e h) prod	ceder a todos os demais atos necessários ao cumprimento				
das obrigações contidas no Edital de Pregão acima identificado e em seus Anexos e no Contrato:					
Nome	e(s) do(s) Responsável(is)				
Do	cumento de Identidade				
	CPF				
Nom	e do Representante Legal				
	Qualificação				



3. ORIENTAÇÕES AO FORNECEDOR

- 1) Este Termo de Indicação de Responsável deve ser assinado pelo Representante Legal da empresa, o mesmo que for indicado **para assinatura do Contrato**.
 - 2) Pode ser indicado mais de um responsável.
- 3) Em caso de substituição de um ou mais responsáveis, novo Termo de Indicação de Responsável deve ser entregue à Administração Municipal.

NOTA(*): Documento não desclassificatório. Deverá ser apresentado dentro do <u>envelope 2</u> ou após o certame.



ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº xxxx

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES RESIDENTES NO INTERIOR DO MUNICIPIO DE CAPANEMA-PR ATÉ AS ESCOLAS DA CIDADE E ESCOLAS NUCLEARIZADAS E ESTUDANTES DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS CAPANEMA DENTRO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO

2. CLÁUSULA **SEGUNDA** - DO REGIME DE FORNECIMENTO

2.1. A empresa vencedora deverá executar o serviço imediatamente a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL, DA QUANTIDADE E DO PRAZO DE ENTREGA DOS OBJETOS

3.1. O objeto deverá ser entregue conforme discriminado abaixo:



ódigo do produto /serviço	U nidade de medida	de	Preç o unitário	Preço total

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- **1.1.** O fornecedor obriga-se a:
- **1.1.1.** Efetuar a entrega dos móveis em perfeitas condições, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante e prazo de garantia;
- **1.1.2.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 1.1.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **1.1.4.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Edital ou na minuta de contrato;
- **1.1.5.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato (quando for o caso).

2. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **2.1.** A CONTRATANTE obriga-se a:
- **2.1.1.** Receber provisoriamente os medicamentos, disponibilizando local, data e horário;
- **2.1.2.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de servidor especialmente designado;
 - **2.1.3.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

3. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO



3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

3.2. Os preços são fixos e irreajustáveis.

4. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

- **4.1.** O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **4.2.** O prazo de vigência previsto no item acima terá início na data de xx/153/2017 e encerramento em xx/153/2017.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- **4.3.** Os pagamentos serão realizados mensalmente, em até 30 (trinta) dias após a emissão e entrega de notas fiscais referentes aos produtos entregues, juntamente com os comprovantes de recebimento do objeto emitido pela Contratante.
- **4.4.** O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo dos objetos, nos termos da cláusula nona deste instrumento contratual.
- **4.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- a) A nota fiscal deverá ser emitida em nome do: Município de Capanema-PR-CNPJ 75.972.760/0001-60- Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1.080 Capanema-PR Cep 85760-000.
- **4.6.** Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento do fornecedor no SICAF e/ou nos *sites* oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
- **4.7.** Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- **4.7.1.** O fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- **4.8.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo fornecedor, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- **4.9.** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- **4.10.** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo fornecedor, que porventura não tenha sido acordada no contrato.



4.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

9. CLÁUSULA NONA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 9.1. A empresa vencedora deverá prestar o serviço imediatamente após a solicitação feita pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
- 9.2. Caso haja algum imprevisto que exija a alteração ou acréscimo da rota durante a execução dos serviços, em razão de consertos de estadas rurais, alagamentos e outros, a comprovação do acréscimo é de responsabilidade da empresa contratada, por meio de controle do hodômetro, sistema de rastreamento veicular e outras provas que constatem a necessidade de desvio da rota programada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
- 9.3. A empresa fica obrigada a prestar os serviços durante todo o calendário escolar, que será fornecido para a CONTRATADA, pela CONTRATANTE, no Ato da Assinatura do contrato.
- 9.4. A CONTRATADA é obrigada a prestar os serviços durante os 200 (duzentos) dias letivos do Calendário Escolar, acrescido dos dias referentes a eventos previstos no mesmo calendário que necessitarão de transporte, perfazendo um total estimado de 220 (duzentos e vinte) dias.
- 9.5. A CONTRATADA somente poderá transportar estudantes devidamente identificados e que estejam portando o Passe Escolar.
- 9.6. A CONTRATADA fica proibida de oferecer carona a pessoas que não são estudantes e que não estejam portando o Passe Escolar, sob pena de rescisão do contrato, saldo na condição de portarem autorização expressa emitida pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
- 9.7. A CONTRATADA deverá realizar o transporte dos estudantes no período matutino e vespertino (quando for o caso).



- **9.7.1.** No período matutino, a CONTRATADA deverá iniciar coleta dos estudantes, conforme localidades descritas no Projeto Básico, às 05h00min, transportando estes até o seu local de destino, ou seja, até as escolas.
- **9.7.2.** Ao fim das aulas no período matutino, que ocorrerá às 11h30min., a CONTATADA deverá realizar a coleta dos estudantes em suas escolas, e entrega-los nas suas localidades de origem.
- **9.7.3.** No período vespertino, a CONTRATADA deverá iniciar coleta dos estudantes, conforme localidades descritas no Projeto Básico, às 12h00min., transportando estes até o seu local de destino, ou seja, até as escolas.
- **9.7.4.** Ao fim das aulas no período vespertino, que ocorrerá às 17h15min., a CONTRATADA deverá realizar a colega dos estudantes em suas escolas, e entrega-los nas suas localidades de origem.
- **9.8..** A CONTRATADA deverá executar os serviços com suas próprias ferramentas, com seus próprios veículos e com seus próprios funcionários, ficando sob sua inteira responsabilidade sobre qualquer acidente que porventura acontecer com seus funcionários e/ou os estudantes, durante a execução dos serviços.
 - 9.9. Os serviços ora contratados não poderão ser subcontratados a terceiros.
- 9.10 A Administração Municipal poderá, durante o prazo de vigência do contrato, alterar a quilometragem de algumas rotas, visando a melhoria e a economicidades dos percursos, entre outros fatores de interesse público, desde que isso ocorra de forma justificada, por escrito, formalmente documentada no processo licitatório, respeitando-se os preceitos da Lei 8.666/93.

10. CLÁUSULA **DÉCIMA** - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

<u>10.1.</u> As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÕES						
Exercíci	Conta	Funcional programática	Fonte	Natureza da	Grupo da fonte	
o da	da		de	despesa		
despesa	despesa		recurso			
2017	650	07.001.12.361.1201.2102	103	3.3.90.33.00.00	Do Exercício	
2017	770	07.001.12.361.1201.2108	107	3.3.90.33.00.00	Do Exercício	
2017	780	07.001.12.361.1201.2112	119	3.3.90.33.00.00	Do Exercício	
2017	790	07.001.12.361.1201.2112	144	3.3.90.33.00.00	Do Exercício	



2017	820	07.001.12.361.1201.2114	102	3.3.90.33.00.00	Do Exercício
	0_0	07.001.12.001.1201.2111		0.0.00.00.00	D 0 2/(0/0/0/0/0

11. CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DA FISCALIZAÇÃO

- <u>11.1.</u> A fiscalização do presente Contrato será exercida pela Sra. **Jeandra Wilmsen,** funcionária da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.
- 11.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.
- <u>11.2.</u> A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- <u>11.3.</u> O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES E DO REAJUSTE

- <u>12.1.</u> Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- **12.1.1.** O fornecedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- **12.1.2.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

13. CLÁUSULA **DÉCIMA TERCEIRA** - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
- a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
 - b) Apresentar documentação falsa;
 - c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - d) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
 - e) Comportar-se de modo inidôneo;
 - f) Cometer fraude fiscal;
 - g) Fizer declaração falsa;
 - h) Ensejar o retardamento da execução do certame.



<u>13.2.</u> A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Multa de até **2% (dois por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- **b)** Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Capanema e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até dois anos;
- <u>13.3.</u> Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, o fornecedor estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantidas a prévia defesa:

I-Advertência por escrito;

II- Multas:

- a) Multa de 0,5 % por dia de atraso na entrega dos produtos, calculada sobre o valor total do contrato, limitada ao percentual máximo de 10% do valor total da contratação, a partir do qual estará configurada a sua inexecução total;
- b) Multa de 5,0 % sobre o valor do objeto no caso de inexecução parcial do contrato;
- c) Multa de 0,2 % sobre o valor total do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificada nas alíneas "a" e "b" deste item, aplicada em dobro na reincidência;
- d) Multa de 5,0 % sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa do fornecedor, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;
- e) Multa de 20,0 % sobre o valor total do certame, quando configurada a inexecução total do contrato.
- III- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- <u>13.4.</u> As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- **13.5.** As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.
- **13.6.** A multa será descontada da garantia do contrato, caso houver, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
- **13.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.
- **13.8.** As demais sanções são de competência exclusiva do Presidente da Comissão Permanente de Licitação.
- **13.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- **13.10.** As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.
 - **13.11.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- **13.12.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14. CLÁUSULA **DÉCIMA QUARTA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS

<u>14.1.</u> Consoante o artigo 45 da Lei n° 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15. CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- **15.1.** Constituem motivo para rescisão do contrato:
- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- **b)** O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos, cronogramas e prazos;
- **c)** A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão na entrega dos materiais, nos prazos estipulados;



- d) O atraso injustificado entrega dos materiais;
- **e)** A paralisação do da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- **f)** A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;
- **15.1.1.**A subcontratação parcial do seu objeto, sem que haja prévia aquiescência da Administração e autorização em contrato.
- **15.1.2.** O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- **15.1.3.** O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
 - a) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- **c)** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- **d)** Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- **e)** A supressão, por parte da Administração, das aquisições, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- **f)** A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- **g)** O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da aquisição, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- **h)** A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para a entrega dos materiais, nos prazos contratuais;



- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- **j)** Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- **15.2-** A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- **15.2.** Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- **15.3.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- **15.4.** Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do fornecedor, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
 - a) Devolução da garantia;
 - b) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
- 15.5. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

16. CLÁUSULA **DÉCIMA SEXTA** - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA PUBLICAÇÃO

17.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pela CONTRATANTE, no prazo de vinte dias 20 (vinte) dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, correndo a despesa por sua conta.

18. CLÁUSULA **DÉCIMA OITAVA** - DO FORO

18.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.



E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Capanema-PR, xx/153/2017

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE CAPANEMA
Contratante



ANEXO VIII FOLHA DE ROSTO DA PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Presencial nº XX153/2017.

Senhora Pregoeira e Equipe de Apoio,

Empresa Proponente:	
CNPJ/MF nº	
Endereço:	
Telefone: ()	Contato:

Apresentamos a Vossas Senhorias a nossa proposta comercial relativa ao Pregão Presencial nº XX153/2017, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma.

Segue nossa Proposta Comercial

Item	Nome do serviço	Quantidade	Unida de	3	Placa do(s) Veículo(s) a ser(em) utilizados no Transporte Escolar
1	ROTA 01 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE MARECHAL LOTT, VARGEM BONITA, OURO AZUL, ESTRELA OESTE, FARADAY, LINHA JACARÉ, ALTO PINHEIRO E PINHEIRO, CIDADE TURNO MATUTINO.	25.520,00	KM		
2	ROTA 02 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO	19.646,00	KM		



	1	1	,	,
COMPREENDIDO ENTRE DUAS BARRAS, MARECHAL LOTT, LINHA ESMERALDA, LINHA VACA BRANCA, LINHA SANTA MARIA, SANTA TEREZINHA, CRISTO REI, TURNO MATUTINO.				
3 ROTA 03 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE LAGEADO GRANDE, SÃO SEBASTIÃO, TIGRINHO, NOSSA SENHORA DO CARMO, SANTO ANTÔNIO DO SIEMENS, TRÊS ANGICOS E CIDADE, TURNO MATUTINO.	19.734,00	KM		
4 ROTA 04 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE PORTO MOISÉS LUPION, RESSACA, SANTA CLARA, CAMBUÍ, SÃO LUIZ, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	30.272,00	KM		
5 ROTA 05 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 44 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE SANTA ANA, NOVA VENEZA, PAVÃO, SÃO LUIZ, CAMBUÍ, PELO ASFALTO NOVO, CIDADE, TURNO MATUTINO E VESPERTINO	21.516,00	KM		
ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE SANTA ANA, FLOR DA SERRA, SÃO PEDRO, CIDADE, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	22.660,00	KM		
7 ROTA 07 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS,	20.900,00	KM		



8	COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 44 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE S. JOSE, SANTA MARIA, LINHA UNIÃO, RIOGRANDENSE, VOLTA GRANDE, CRISTO REI, TURNO MATUTINO E VESPERTINO. ROTA 08 - TRANSPORTE DE	31.900,00	KM		
0	ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE PINHEIRO, ALTO PINHEIRO, TIMBAÚVA, SANGA DOS PORCOS, SÃO SEBASTIÃO, SÃO JOÃO, LINHA BRIZOLA, LINHA TAMANDUÁ, L. GRANDE, PINHEIRO, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	31.900,00	Kivi		
9	ROTA 09 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM MICROÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 27 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE DUAS BARRAS, LINHA IPIRANGA, ESMERALDA, VACA BRANCA, BOM RETIRO, PINHEIRO, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	21.032,00	KM		
10	ROTA 10 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM MICROÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 22 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE FARADAY, LINHA MOURA, ESQUINA EGON, REDENÇÃO, LINHA DOIS IRMÃOS, OURO AZUL, LINHA MORAIS, FARADAY, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	26.180,00	КМ		
11	_	24.200,00	KM		



	1	1	r	ı	1	, ,
	COMPREENDIDO ENTRE, BARRA SIEMENS, SÃO JOSÉ, BOA VISTA, SANTA TEREZINHA, CRISTO REI, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.					
12	ROTA 12 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE LINHA JACARÉ, LINHA BRIZOLA, ALTO PINHEIRO, PINHEIRO, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	10.340,00	КМ			
13	ROTA 13 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE LINHA BONITA, LINHA GAÚCHA, LINHA CARBONE, NOVA GAÚCHA, CIDADE, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	18.480,00	KM			
14	ROTA 14 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE MARECHAL, VARGEM BONITA, ESTRELA, LINHA DOIS IRMÃOS, FARADAY, TURNO MATUTINO VESPERTINO.	23.056,00	KM			
15	ROTA 15 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE PINHEIRO, LINHA REDENÇÃO, BOM RETIRO, LAGEADO GRANDE, LINHA TAMANDUÁ, CRISTO REI, SÃO PEDRO E CIDADE, TURNO MATUTINO.	16.104,00	КМ			
16	ROTA 16 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS,	18.612,00	KM			



	COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE PORTO MOISÉS LUPION, SANTA CLARA, VOLTA P/RESSACA, SÃO LUIZ, ENT PAVÃO, CAMBUÍ, SÃO FRANCISCO, CIDADE, TURNO MATUTINO.				
17	ROTA 17 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE LINHA CURITIBANA, CAMBUÍ, LINHA SÃO FRANCISCO, ENGENHEIRO PINTO E CIDADE, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	25.520,00	КМ		
18	ROTA 18 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM KOMBI OU VEÍCULO ASSEMELHADO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 9 LUGARES, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE PORTO MOISÉS LUPION, RESSACA, SANTA CLARA, SÃO LUIZ, CAMBUÍ, CRISTO REI, CIDADE, TURNO VESPERTINO.	30.008,00	KM		
19	ROTA 19 - TRANSPORTE DE ESTUDANTES COM ÔNIBUS DE NO MÍNIMO 44 LUGARES NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE IGUAÇU VEÍCULOS, BAIRRO SÃO CRISTOVÃO, SUPERMERCADO LUERSEN, MERCADO SCHENCKEL, SESI, COLÉGIO ESTADUAL ROCHA POMBO, FACHINELLO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MERCEARIA PARANÁ, RESTAURANTE VITÓRIA ATÉ O IFPR, TURNO MATUTINO E VESPERTINO.	8.140,00	КМ		



A base econômica dessa proposta é o mês de sua apresentação.

No valor total proposto estão englobados os tributos, mão de obra, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as condições estabelecidas no Edital e na Minuta do Contrato.

Esta Proposta é válida por 60 (sessenta dias) a contar da data de sua apresentação.

Caso esta proposta não venha a ser aceita para contratação, o Município de Capanema fica desobrigado de qualquer responsabilidade para com a nossa Empresa, não nos cabendo direito a qualquer indenização ou reembolso.

Declaramos conhecer e aceitar as condições constantes do presente Pregão Presencial e de seus Anexos, bem como o disposto nas Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002.

Capanema, dia/mês/Ano.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome:

Cargo:

CNPJ/MF nº

OBS: As LICITANTES deverão atentar para os poderes conferidos aos Representantes Legais no estatuto ou contrato social.

Esse anexo deverá conter o timbre da empresa.



ANEXO XI PLANILHAS DE CUSTO DO TRANSPORTE ESCOLAR

ANEXO XI - PLANILHAS DE CUSTO DO TRANSPORTE ESCOLAR

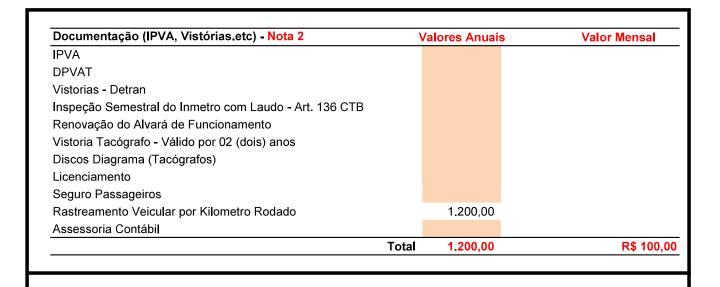
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES SETOR DE LICITAÇÕES LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 01 - LINHA VARGEM BONITA

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
ÔNIBUS		40	
Nº Dias Letivos Ano			220
Nº Meses co	10		
Média Dias l	22		
Percurso Diá	ário - Km		116
Percurso Me	nsal - Km		2.552

Salário Motorista+Encargos (Simples Nacional) - Nota 1			Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensal		1.674,41			
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	139,53				
Adic.Férias	46,51				
Benefícios	-				
13º Salário	139,53	325,58	23.999,86	R\$	1.999,9
Vale Alimenta	ção	325,47	3.905,67	R\$	325,4



Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo Li	t Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustív	el		116		#DIV/0!
Consumo Oleos e C	orreas - Nota 3				
Oleo de Motor			116		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			116		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			116		R\$ 0,00
Outros (filtros correas	s)		116		R\$ 0,00
Consumo Pneus - N	lota 3				
Unid	Marca do Pneu Novo	Valor Unid Pneu	ı Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-

TOTAL DE DESPESA DE MANUTENÇÃO

Descrição dos Custos	Valor Anual	Valor Mensal	
Lucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#D I V/0!
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#DIV/0!
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - Nota 3	-		#D I V/0!
Salário Motorista e Vale Alimentação - Nota 1	27.905,54	2.325,46	#D I V/0!
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	
Simples	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!	
Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Valor por Km:		#DIV/0!	

ANEXO XI - PLANILHAS DE CUSTO DO TRANSPORTE ESCOLAR

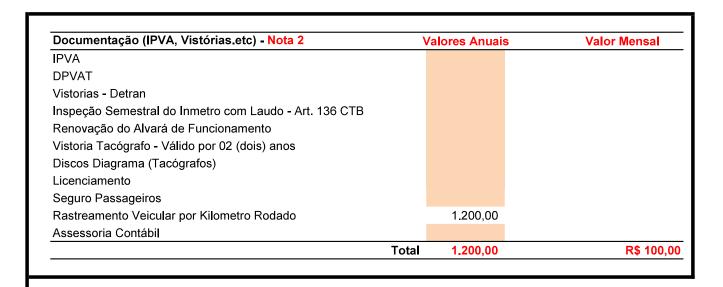
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES SETOR DE LICITAÇÕES LICITAÇÃO: /2017

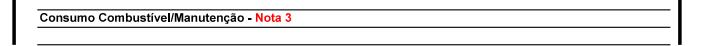
PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 02 - LINHA DUAS BARRAS

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
ÔNIBUS		40	
Nº Dias Leti	vos Ano		220
Nº Meses co	Nº Meses com Transportes		
Média Dias Letivos/Mês			22
Percurso Dia	ário - Km		90
Percurso Mensal - Km			1.980
		SÓ MATUTINO	

Salário Motorista+Encargos (Simples N		imples Nacional) - Nota 1	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	al	1.674,41			
INSS	=				
FGTS	=				
Férias	139,53				
Adic.Férias	46,51				
Benefícios	=				
13º Salário	139,53	325,58	23.999,86	R\$	1.999,9
Vale Alimenta	ção	325,47	3.905,67	R\$	325,4





	Média KM /Consumo Lit	Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustível			90		#DIV/0!
Consumo Oleos e Cor	reas - Nota 3				
Oleo de Motor			90		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			90		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			90		R\$ 0,00
Outros (filtros correas	.)		90		R\$ 0,00
Consumo Pneus - Not	a 3				
Unid	Marca do Pneu Novo	Valor Unid Pneu	Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-
		TOTAL DE DES	PESA DE MANU	JTENÇÃO	-

Descrição dos Custos	Valor Anual	Valor Mensal	
Lucro	#DIV/0!	#D I V/0!	#DIV/0!
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#DIV/0!
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - Nota 3	-	-	#DIV/0!
Salário Motorista e Vale Alimentação - Nota 1	27.905,54	2.325,46	#DIV/0!
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	
Simples	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!	
Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Valor por Km:		#DIV/0!	

ANEXO XI - PLANILHAS DE CUSTO DO TRANSPORTE ESCOLAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES SETOR DE LICITAÇÕES LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 03 - LINHA TIGRINHO

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
ÔNIBUS		40	
Nº Dias Letiv	os Ano		220
Nº Meses co	m Transpo	rtes	10
Média Dias l	_etivos/Mês	3	22
Percurso Diá	ário - Km		90
Percurso Me	ensal - Km		1.980

Salário Motoı	rista+Encargos (S	Simples Nacional) - Nota 1	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	al	1.674,41		-	
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	139,53				
Adic.Férias	46,51				
Benefícios	-				
13º Salário	139,53	325,58	23.999,86	R\$	1.999,99
Vale Alimenta	ção	325,47	3.905,67	R\$	325,47

Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	Val	ores Anuais	Valor Mensal
IPVA			
DPVAT			
Vistorias - Detran			
Inspeção Semestral do Inmetro com Laudo - Art. 136 CTB			
Renovação do Alvará de Funcionamento			
Vistoria Tacógrafo - Válido por 02 (dois) anos			
Discos Diagrama (Tacógrafos)			
Licenciamento			
Rastreamento Veicular por Kilometro Rodado		1.200,00	
Seguro Passageiros			
Assessoria Contábil			
To	otal	1,200,00	R\$ 100

Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		
		_

	Média KM /Consumo Lit	Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustíve	el		90		#DIV/0!
Consumo Oleos e C	orreas - Nota 3				
Oleo de Motor			90		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			90		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			90		R\$ 0,00
Outros (filtros correas	s)		90		R\$ 0,00
Consumo Pneus - N	ota 3				_
Unid	Marca do Pneus Novo	Valor Unid Pneu	Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-

TOTAL DE DESPESA DE MANUTENÇÃO

#DIV/0! #DIV/0 #DIV/0! #DIV/0 120,00 #DIV/0 - #DIV/0 2.325,46 #DIV/0 #DIV/0! #DIV/0! #DIV/0
120,00 #DIV/0 - #DIV/0 2.325,46 #DIV/0 #DIV/0!
- #DIV/0 2.325,46 #DIV/0 # DIV/0 !
2.325,46 #DIV/0 #DIV/0!
#DIV/0!
#DI\//OI #DI\//O
#510/0! #510/0
#DIV/0!
#DIV/0! #DIV/0

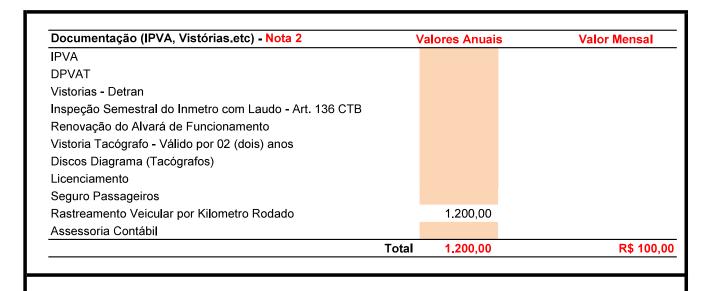
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES SETOR DE LICITAÇÕES LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 04 - LINHA PORTO MOISES LUPION

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
ÔNIBUS		40	
Nº Dias Letiv	Nº Dias Letivos Ano		
Nº Meses com Transportes			10
Média Dias Letivos/Mês			22
Percurso Dia	ario - Km		138
Percurso Me	nsal - Km		3.036

Salário Motoi	rista+Encargos (S	Simples Nacional) - Nota 1	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	ıl	2.046,50			
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	170,54				
Adic.Férias	56,85				
Benefícios	-				
13º Salário	170,54	397,93	29.333,17	R\$	2.444,43
Vale Alimenta	ção	397,80	4.773,60	R\$	397,80



Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo Lit	: Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustív	/el		138		#DIV/0!
Consumo Oleos e C	Correas - Nota 3				
Oleo de Motor			138		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			138		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			138		R\$ 0,00
Outros (filtros correa	s)		138		R\$ 0,00
Consumo Pneus - N	Nota 3				
Unid	Marca do Pneu Novo	Valor Unid Pneu	ı Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-

Descrição dos Custos	Valor Anual	Valor Mensal	
Lucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#D I V/0!	#DIV/0!
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#DIV/0!
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - Nota 3	-	-	#DIV/0!
Salário Motorista e Vale Alimentação - Nota 1	34.106,77	2.842,23	#DIV/0!
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	
Simples	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!	
Totais	#D V/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES SETOR DE LICITAÇÕES LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 05 - LINHA SÃO LUIZ

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
ÔNIBUS		44	
Nº Dias Leti	№ Dias Letivos Ano		
Nº Meses com Transportes		10	
Média Dias Letivos/Mês			22
Percurso Dia	ário - Km		98
Percurso Me	ensal - Km		2.156

Salário Motor	ista+Encargos (S	Simples Nacional) - <mark>Nota 1</mark>	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	ıl	2.046,50		-	•
INSS	-				
FGTS	=				
Férias	170,54				
Adic Férias	56,85				
Benefícios	=				
13º Salário	170,54	397,93	29.333,17	R\$	2.444,43
√ale Alimenta	ção	397,80	4.773,60	R\$	397,80



Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo Lit	Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustíve	el		98		#DIV/0!
Consumo Oleos e Co	orreas - Nota 3				
Oleo de Motor			98		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			98		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			98		R\$ 0,00
Outros (filtros correas)		98		R\$ 0,00
Consumo Pneus - No	ota 3				_
Unid	Marca do Pneu Novo	Valor Unid Pneu	ı Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-

Descrição dos Custos	Valor Anual	Valor Mensal	
Lucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#DIV/0!
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - Nota 3	-	-	#DIV/0!
Salário Motorista e Vale Alimentação - Nota 1	34.106,77	2.842,23	#DIV/0!
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	
Simples	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!	
Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES SETOR DE LICITAÇÕES LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 06 - LINHA SANTA ANA

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
ÔNIBUS		40	
Nº Dias Letiv	№ Dias Letivos Ano		
Nº Meses com Transportes		10	
Média Dias Letivos/Mês			22
Percurso Dia	ário - Km		103
Percurso Me	ensal - Km		2.266

Salário Motoı	rista+Encargos (S	Simples Nacional) - Nota 1	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	al	2.046,50			
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	170,54				
Adic.Férias	56,85				
Benefícios	-				
13º Sa l ário	170,54	397,93	29.333,17	R\$	2.444,43
Vale Alimenta	ção	397,80	4.773,60	R\$	397,80

Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	Valores Anuais	Valor Mensal
IPVA		
DPVAT		
Vistorias - Detran		
Inspeção Semestral do Inmetro com Laudo - Art. 136 CTB		
Renovação do Alvará de Funcionamento		
Vistoria Tacógrafo - Válido por 02 (dois) anos		
Discos Diagrama (Tacógrafos)		
Licenciamento		
Seguro Passageiros		
Rastreamento Veicular por Kilometro Rodado	1.200,00	
Assessoria Contábil		
Tota	1,200,00	R\$ 100,0

Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo Lit	Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustíve	el		103		#DIV/0!
Consumo Oleos e C	orreas - Nota 3				
Oleo de Motor			103		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			103		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			103		R\$ 0,00
Outros (filtros correas	s)		103		R\$ 0,00
Consumo Pneus - N	ota 3				_
Unid	Marca do Pneu Novo	Valor Unid Pneu	Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-

Descrição dos Custos	Valor Anual	Valor Mensal	
_ucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#DIV/0!
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - <mark>Nota 3</mark>	-	-	#DIV/0!
Salário Motorista e Vale Alimentação - <mark>Nota 1</mark>	34.106,77	2.842,23	#DIV/0!
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	
Simples	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!	
Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES SETOR DE LICITAÇÕES LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 07 - LINHA SANTA MARIA

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
ÔNIBUS		44	
Nº Dias Letivos Ano		220	
Nº Meses com Transportes			10
Média Dias Letivos/Mês			22
Percurso Dia	Percurso Diário - Km		
Percurso Me	nsal - Km		2.090

Salário Motoi	rista+Encargos (S	imples Nacional) - Nota 1	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	al	2.046,50			
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	170,54				
Adic.Férias	56,85				
Benefícios	-				
13º Salário	170,54	397,93	29.333,17	R\$	2.444,43
Vale Alimenta	ção	397,80	4.773,60	R\$	397,80

Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	Valores Anuais	Valor Mensal
IPVA		
DPVAT		
Vistorias - Detran		
Inspeção Semestral do Inmetro com Laudo - Art. 136 CTB		
Renovação do Alvará de Funcionamento		
Vistoria Tacógrafo - Válido por 02 (dois) anos		
Discos Diagrama (Tacógrafos)		
Licenciamento		
Seguro Passageiros		
Rastreamento Veicular de Kilometro Rodado	1.200,00	
Assessoria Contábil		
Tot	al 1,200,00	R\$ 100,0

Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo Li	t Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustív	rel		95		#DIV/0!
Consumo Oleos e C	Correas - Nota 3				
Oleo de Motor			95		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			95		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			95		R\$ 0,00
Outros (filtros correas	s)		95		R\$ 0,00
Consumo Pneus - N	lota 3				
Unid	Marca do Pneu Novo	Valor Unid Pneu	ı Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-

Valor Anual	Valor Mensal	
#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
1.200,00	120,00	#DIV/0!
-	-	#DIV/0!
34.106,77	2.842,23	#DIV/0!
#DIV/0!	#DIV/0!	
#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
#DIV/0!	#DIV/0!	
#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
	#DIV/0! 1.200,00 - 34.106,77 #DIV/0! #DIV/0!	#DIV/0! #DIV/0! 1.200,00 120,00

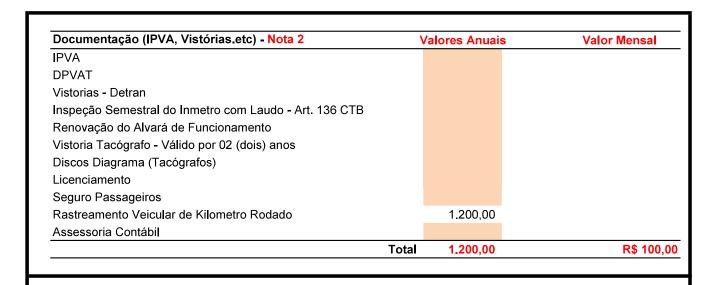
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES SETOR DE LICITAÇÕES LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 08 - LINHA SANGA DOS PORCOS

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
ÔNIBUS		40	
Nº Dias Letivos Ano			220
Nº Meses com Transportes			10
Média Dias Letivos/Mês			22
Percurso Diá	Percurso Diário - Km		
Percurso Me	ensal - Km		3.190

Salário Motoi	rista+Encargos (S	Simples Nacional) - Nota 1	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	al	2.046,50			
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	170,54				
Adic Férias	56,85				
Benefícios	=				
13º Sa l ário	170,54	397,93	29.333,17	R\$	2.444,43
Vale Alimenta	ção	397,80	4.773,60	R\$	397,80



Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo Lit	Valor/Litro	Km	-	Valor Mensal
Consumo Combustíve	I		145		#DIV/0!
Consumo Oleos e Co	orreas - Nota 3				
Oleo de Motor			145		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			145		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			145		R\$ 0,00
Outros (filtros correas)		145		R\$ 0,00
Consumo Pneus - No	ota 3				_
Unid	Marca do Pneu Novo	Valor Unid Pneu	Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-

Valor Anual	Valor Mensal	
#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
#DIV/0!	#DIV/0!	#D I V/0!
1.200,00	120,00	#DIV/0!
-	-	#DIV/0!
34.106,77	2.842,23	#DIV/0!
#DIV/0!	#DIV/0!	
#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
#DIV/0!	#DIV/0!	
#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
	#DIV/0! #DIV/0! 1.200,00 - 34.106,77 #DIV/0! #DIV/0! #DIV/0!	#DIV/0! #DIV/0! #DIV/0! #DIV/0! 1.200,00 120,00 34.106,77 2.842,23 #DIV/0! #DIV/0! #DIV/0! #DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES SETOR DE LICITAÇÕES LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 09 - LINHA VACA BRANCA

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
MICRO		27	
Nº Dias Letiv	vos Ano		220
Nº Meses co	m Transpo	rtes	10
Média Dias I	Letivos/Mês	3	22
Percurso Dia	ário - Km		96
Percurso Me	ensal - Km		2.112

Salário Motoı	rista+Encargos (S	imples Nacional) - Nota 1	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	al	1.696,00			
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	141,33				
Adic Férias	47,11				
Benefícios	-				
13º Salário	141,33	329,78	24.309,33	R\$	2.025,7
Vale Alimenta	ção	397,80	4.773,60	R\$	397,80

Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	Valores Anuais	Valor Mensal
IPVA		
DPVAT		
Vistorias - Detran		
Inspeção Semestral do Inmetro com Laudo - Art. 136 CTB		
Renovação do Alvará de Funcionamento		
Vistoria Tacógrafo - Válido por 02 (dois) anos		
Discos Diagrama (Tacógrafos)		
Licenciamento		
Seguro Passageiros		
Rastreamento Veicular por Kilometro Rodado	1.200,00	
Assessoria Contábil		
Tota	al 1,200,00	R\$ 100,00

Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo Lit	Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustível			96		#DIV/0!
Consumo Oleos e Cori	eas - Nota 3				
Oleo de Motor			96		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			96		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			96		R\$ 0,00
Outros (filtros correas)		96		R\$ 0,00
Consumo Pneus - Nota	ı 3				
Unid	Marca de Pneu Novo	Valor Unid Pneu	Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-

Descrição dos Custos	Valor Anual	Valor Mensal	
Lucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#DIV/0!
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - Nota 3	-	-	#DIV/0!
Salário Motorista e Vale Alimentação <mark>- Nota 1</mark>	29.082,93	2.423,58	#DIV/0!
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	
Simples	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!	
Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
SETOR DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 10 - LINHA ALTO FARADAY

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
MICRO		22	
Nº Dias Letiv	vos Ano		220
Nº Meses co	om Transpo	rtes	10
Média Dias I	Letivos/Mês	3	22
Percurso Dia	ário - Km		119
Percurso Me	ensal - Km		2.618

<u>Salário Motor</u>	ista+Encargos (S	imples Nacional) - <mark>Nota 1</mark>	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	n l	1.696,00			•
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	141,33				
Adic.Férias	47,11				
Benefícios	-				
13º Salário	141,33	329,78	24.309,33	R\$	2.025,7
√ale Alimenta	ção	397,80	4.773,60	R\$	397,80

Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	Valores Anuais	Valor Mensal
IPVA		
DPVAT		
Vistorias - Detran		
Inspeção Semestral do Inmetro com Laudo - Art. 136 CTB		
Renovação do Alvará de Funcionamento		
Vistoria Tacógrafo - Válido por 02 (dois) anos		
Discos Diagrama (Tacógrafos)		
Licenciamento		
Seguro Passageiros		
Rastreamento Veicular por Kilometro Rodado	1.200,00	
Assessoria Contábil		
Tot	tal 1,200,00	R\$ 100,0

Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo L	it Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustíve	el		119		#DIV/0!
Consumo Oleos e Co	orreas - Nota 3				
Oleo de Motor			119		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			119		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			119		R\$ 0,00
Outros (filtros correas)		119		R\$ 0,00
Consumo Pneus - No	ota 3				_
Unid	Marca de Pneu Novo	Valor Unid Pneu	ı Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-

Descrição dos Custos	Valor Anual	Valor Mensal	
Lucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#D I V/0!
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#D I V/0!
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#D I V/0!
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - Nota 3	-	-	#D I V/0!
Salário Motorista e Vale Alimentação - Nota 1	29.082,93	2.423,58	#D I V/0!
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	
Simples	#DIV/0!	#DIV/0!	#D I V/0!
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!	
Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	#DJV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES SETOR DE LICITAÇÕES LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 11 - LINHA SANTA TEREZINHA

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
KOMBI		9	
Nº Dias Letivos Ano		220	
Nº Meses com Transportes		10	
Média Dias Letivos/Mês		22	
Percurso Dia	ário - Km		110
Percurso Me	ensal - Km		2.420

Salário Motoi	rista+Encargos (S	imples Nacional) - Nota 1	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	ıl	1.408,00			
INSS	=				
FGTS	-				
Férias	117,33				
Adic.Férias	39,11				
Benefícios	=				
13º Salário	117,33	273,78	20.181,33	R\$	1.681,78
Vale Alimenta	ção	397,80	4.773,60	R\$	397,80



Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo Lit	Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustível			110		#DIV/0!
Consumo Oleos e Corr	eas - Nota 3				
Oleo de Motor			110		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			110		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			110		R\$ 0,00
Outros (filtros correas)		110		R\$ 0,00
Consumo Pneus - Nota	ı 3				_
Unid	Marca do Pneu Novo	Valor Unid Pneu	Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 4			45.000	-	-

Descrição dos Custos	Valor Anual	Valor Mensal	
Lucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#D I V/0!
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#D V/0!
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#D I V/0!
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - Nota 3	-	-	#D I V/0!
Salário Motorista e Vale Alimentação - Nota 1	24.954,93	2.079,58	#DIV/0!
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	
Simples	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!	
Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Valor por Km:		#DIV/0!	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
SETOR DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 12 - LINHA JACARÉ

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
ÔNIBUS		45	
N⁰ Dias Letiv	os Ano		220
Nº Meses com Transportes		10	
Média Dias Letivos/Mês		22	
·		47	
Percurso Me	ensal - Km		1.034

Salário Motori	ista+Encargos (Si	mples Nacional) - <mark>Nota 1</mark>	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensal		1.023,25			
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	85,27				
Adic.Férias	28,42				
Benefícios	-				
13º Salário	85,27	198,97	14.666,58	R\$	1.222,22
Vale Alimentaç	ção	198,90	2.386,80	R\$	198,90



Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo Lit	Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustíve			47		#DIV/0!
Consumo Oleos e Co	rreas - Nota 3				
Oleo de Motor			47		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			47		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			47		R\$ 0,00
Outros (filtros correas)		47		R\$ 0,00
Consumo Pneus - No	ta 3				
Unid	Marca do Pneu Novo	Valor Unid Pneu	Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-

Descrição dos Custos	Valor Anual	Valor Mensal	
Lucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#DIV/0!
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - Nota 3	-	-	#DIV/0!
Salário Motorista e Vale Alimentação - Nota 1	17.053,38	1.421,12	#DIV/0!
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	
Simples	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!	
Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Valor por Km:	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES SETOR DE LICITAÇÕES LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 13 - LINHA BONITA

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
ÔNIBUS		40	
Nº Dias Letiv	vos Ano		220
Nº Meses co	m Transpo	rtes	10
Média Dias I	Letivos/Mês	i e	22
Percurso Dia	ário - Km		84
Percurso Me	ensal - Km		1.848

Salário Motor	rista+Encargos (Si	imples Nacional) - <mark>Nota 1</mark>	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	al	2.046,50			
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	170,54				
Adic.Férias	56,85				
Benefícios	=				
13º Sa l ário	170,54	397,93	29.333,17	R\$	2.444,43
Vale Alimenta	ção	397,80	4.773,60	R\$	397,80



Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo Lit	Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustível			84		#DIV/0!
Consumo Oleos e Cori	reas - Nota 3				
Oleo de Motor			84		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			84		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			84		R\$ 0,00
Outros (filtros correas)		84		R\$ 0,00
Consumo Pneus - Nota	a 3				
Unid	Marca do Pneu Novo	Valor Unid Pneu	Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-

Descrição dos Custos	Valor Anual	Valor Mensal	
Lucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#D I V/0!
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#DIV/0!
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - <mark>Nota 3</mark>	-	-	#DIV/0!
Salário Motorista e Vale Alimentação - Nota 1	34.106,77	2.842,23	#DIV/0!
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	
Simples	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!	
Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
SETOR DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 14 - LINHA MARECHAL LOTT

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
ÔNIBUS		40	
Nº Dias Letiv	vos Ano		220
Nº Meses co	m Transpo	rtes	10
Média Dias I	Letivos/Mês	:	22
Percurso Dia	ário - Km		105
Percurso Me	ensal - Km		2.310

Salário Motoi	rista+Encargos (Si	mples Nacional) - <mark>Nota 1</mark>	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	al	2.046,50			
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	170,54				
Adic.Férias	56,85				
Benefícios	-				
13º Salário	170,54	397,93	29.333,17	R\$	2.444,43
Vale Alimenta	ção	397,80	4.773,60	R\$	397,80

Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	V	alores Anuais	Valor Mensal
PVA			
DPVAT			
Vistorias - Detran			
Inspeção Semestral do Inmetro com Laudo - Art. 136 CTB			
Renovação do Alvará de Funcionamento			
Vistoria Tacógrafo - Válido por 02 (dois) anos			
Discos Diagrama (Tacógrafos)			
Licenciamento			
Seguro Passageiros			
Rastreamento Veicular de Kilometro Rodado		1.200,00	
Assessoria Contábil			
	Total	1,200,00	R\$ 100,0

Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo Lit	Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustíve	l		105		#DIV/0!
Consumo Oleos e Co	orreas - Nota 3				
Oleo de Motor			105		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			105		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			105		R\$ 0,00
Outros (filtros correas)		105		R\$ 0,00
Consumo Pneus - No	ota 3				
Unid	Marca do Pneu Novo	Valor Unid Pneu	Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-
			_	~	

Descrição dos Custos	Valor Anual	Valor Mensal	
Lucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#D I V/0!
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - Nota 3	-	-	#DIV/0!
Salário Motorista e Vale Alimentação - Nota 1	34.106,77	2.842,23	#D I V/0!
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	
Simples	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!	
Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
SETOR DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

<u>ITINERÁRIO 15 - LINHA BOM RETIRO</u>

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
ÔNIBUS		40	
Nº Dias Letiv	os Ano		220
Nº Meses co	m Transpo	rtes	10
Média Dias I	Letivos/Mês	:	22
Percurso Dia	ário - Km		74
Percurso Me	ensal - Km		1.628

Salário Motoı	rista+Encargos (Si	mples Nacional) - <mark>Nota 1</mark>	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	al	1.674,41			
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	139,53				
Adic Férias	46,51				
Benefícios	-				
13º Salário	139,53	325,58	23.999,86	R\$	1.999,99
Vale Alimenta	ção	325,47	3.905,67	R\$	325,47

Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	Valores Anua	ais Valor Mensal
IPVA		
DPVAT		
Vistorias - Detran		
Inspeção Semestral do Inmetro com Laudo - Art. 136 CTB		
Renovação do Alvará de Funcionamento		
Vistoria Tacógrafo - Válido por 02 (dois) anos		
Discos Diagrama (Tacógrafos)		
Licenciamento		
Seguro Passageiros		
Rastreamento Veicular de Kilometro Rodado	1.200,00)
Assessoria Contábil		
Tot	al 1,200,00	R\$ 100,0

Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo Lit	Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustível			74		#DIV/0!
Consumo Oleos e Corre	eas - Nota 3				
Oleo de Motor			74		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			74		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			74		R\$ 0,00
Outros (filtros correas)			74		R\$ 0,00
Consumo Pneus - Nota	3				
Unid	Marca do Pneu Novo	Valor Unid Pneu	Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-

Descrição dos Custos	Valor Anual	Valor Mensal	
Lucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#DIV/0!
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - Nota 3	-	-	#DIV/0!
Salário Motorista e Vale Alimentação - Nota 1	27.905,54	2.325,46	#DIV/0!
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	
Simples	#D I V/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!	
Totais	#DIV/0!	#DJV/0!	#DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES SETOR DE LICITAÇÕES LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 16 - LINHA PAVÃO

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
ÔNIBUS		40	
Nº Dias Letiv	vos Ano		220
Nº Meses co	m Transpor	tes	10
Média Dias l	∟etivos/Mês		22
Percurso Diá	ário - Km		85
Percurso Me	nsal - Km		1.870

Salário Motoi	rista+Encargos (Si	mples Nacional) - <mark>Nota 1</mark>	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	al	1.674,41			
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	139,53				
Adic.Férias	46,51				
Benefícios	-				
13º Salário	139,53	325,58	23.999,86	R\$	1.999,99
Vale Alimenta	ção	325,47	3.905,67	R\$	325,47

Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	Va	alores Anuais	Valor Mensal
IPVA			
DPVAT			
Vistorias - Detran			
Inspeção Semestral do Inmetro com Laudo - Art. 136 CTB			
Renovação do Alvará de Funcionamento			
Vistoria Tacógrafo - Válido por 02 (dois) anos			
Discos Diagrama (Tacógrafos)			
Licenciamento			
Seguro Passageiros			
Rastreamento Veicular de Kilometro Rodado		1.200,00	
Assessoria Contábil			
	Total	1,200,00	R\$ 100,0

Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo Lit	Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustível			85		#DIV/0!
Consumo Oleos e Corr	eas - Nota 3				
Oleo de Motor			85		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			85		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			85		R\$ 0,00
Outros (filtros correas))		85		R\$ 0,00
Consumo Pneus - Nota	13				
Unid	Marca do Pneu Novo	Valor Unid Pneu	Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-

Descrição dos Custos	Valor Anual	Valor Mensal	
Lucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#D I V/0!
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#D I V/0!
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - Nota 3	-	-	#DIV/0!
Salário Motorista e Vale Alimentação - Nota 1	27.905,54	2.325,46	#D I V/0!
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	
Simples	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!	
Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
SETOR DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 17 - LINHA CURITIBANA

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
ÔNIBUS		40	
Nº Dias Letiv	os Ano		220
Nº Meses co	m Transpoi	rtes	10
Média Dias I	Letivos/Mês		22
Percurso Dia	ário - Km		116
Percurso Me	ensal - Km		2.552

Salário Motoi	rista+Encargos (Si	mples Nacional) - <mark>Nota 1</mark>	Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	al	2.046,50			
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	170,54				
Adic.Férias	56,85				
Benefícios	-				
13º Salário	170,54	397,93	29.333,17	R\$	2.444,43
Vale Alimenta	ção	397,80	4.773,60	R\$	397,80

Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	Va	lores Anuais	Valor Mensal
IPVA			
DPVAT			
Vistorias - Detran			
Inspeção Semestral do Inmetro com Laudo - Art. 136 CTB			
Renovação do Alvará de Funcionamento			
Vistoria Tacógrafo - Válido por 02 (dois) anos			
Discos Diagrama (Tacógrafos)			
Licenciamento			
Seguro Passageiros			
Rastreamento Veicular de Kilometro Rodado		1.200,00	
Assessoria Contábil			
1	otal	1,200,00	R\$ 100,0

Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

-	Média KM /Consumo Lit	Valor/Litro	Km	-	Valor Mensal
Consumo Combustível			116		#DIV/0!
Consumo Oleos e Corr	eas - Nota 3				
Oleo de Motor			116		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			116		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			116		R\$ 0,00
Outros (filtros correas)			116		R\$ 0,00
Consumo Pneus - Nota	3				
Unid	Marca de Pneu Novo	Valor Unid Pneu	Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-

Descrição dos Custos	rição dos Custos Valor Anual		
Lucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#D I V/0!
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - Nota 3	-	-	#D I V/0!
Salário Motorista e Vale Alimentação - Nota 1	34.106,77	2.842,23	#D I V/0!
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	
Simples	#DIV/0!	#DIV/0!	#D I V/0!
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!	
Totais	#DJV/0!	#DJV/0!	#DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
SETOR DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 18 - LINHA PORTO LUPION

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
KOMBI		9	
Nº Dias Letiv	vos Ano		220
Nº Meses co	om Transpor	rtes	10
Média Dias I	Letivos/Mês	í	22
Percurso Dia	ário - Km		137
Percurso Me	ensal - Km		3.014

Salario Motol	rista e Assistente 1	Encargos (Simples Nacional) - Nota Valor Anual	Valor	Mensal
Salário mensa	al	2.678,00			·
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	223,17				
Adic.Férias	74,39				
Benefícios	-				
13º Salário	223,17	520,72	38.384,67	R\$	3.198,72
Vale Alimenta	ção	702,90	8.434,80	R\$	702,90

Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	Va	lores Anuais	Valor Mensal
IPVA			
DPVAT			
Vistorias - Detran			
Inspeção Semestral do Inmetro com Laudo - Art. 136 CTB			
Renovação do Alvará de Funcionamento			
Vistoria Tacógrafo - Válido por 02 (dois) anos			
Discos Diagrama (Tacógrafos)			
Licenciamento			
Seguro Passageiros			
Rastreamento Veicular por Kilometro Rodado		1.200,00	
Assessoria Contábil			
1	otal	1,200,00	R\$ 100,0

Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo Lit	Valor/Litro	Km		Valor Mensal
Consumo Combustível			137		#DIV/0!
Consumo Oleos e Corre	eas - Nota 3				
Oleo de Motor			137		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			137		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			137		R\$ 0,00
Outros (filtros correas)			137		R\$ 0,00
Consumo Pneus - Nota	3				
Unid	Marca do Pneu Novo	Valor Unid Pneu	Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 4			45.000	-	-

Descrição dos Custos	io dos Custos Valor Anual		
Lucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#DIV/0!
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - Nota 3	-	-	#DIV/0!
Salário Motorista e Vale Alimentação - Nota 1	46.819,47	3.901,62	#DIV/0!
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	
Simples	#D I V/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!	
Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES SETOR DE LICITAÇÕES LICITAÇÃO: /2017

PLANILHA DE CUSTOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO 19 - IFPR

Veículo	Ano	Cap. Min. Passageiros	Valor
ÔNIBUS		44	
Nº Dias Letiv	vos Ano		220
Nº Meses co	om Transpo	rtes	10
Média Dias I	Letivos/Mês	i	22
Percurso Dia	ário - Km		37
Percurso Me	ensal - Km		814

90

Salário Motorista+Encargos (Simples Nacional) - Nota 1		Valor Anual	Valor Mensal		
Salário mensal		1.674,41			
INSS	-				
FGTS	-				
Férias	139,53				
Adic.Férias	46,51				
Benefícios	-				
13º Salário	139,53	198,90	22.479,71	R\$	1.873,31
Vale Alimenta	ção	325,47	3.905,67	R\$	325,47

Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	Va	lores Anuais	Valor Mensal
PVA			
DPVAT			
Vistorias - Detran			
Inspeção Semestral do Inmetro com Laudo - Art. 136 CTB			
Renovação do Alvará de Funcionamento			
Vistoria Tacógrafo - Válido por 02 (dois) anos			
Discos Diagrama (Tacógrafos)			
Licenciamento			
Seguro Passageiros			
Rastreamento Veicular de Kilometro Rodado		1.200,00	
Assessoria Contábil			
Т	otal	1,200,00	R\$ 100,0

Consumo Combustível/Manutenção - Nota 3		

	Média KM /Consumo Lit	Valor/Litro	Km	-	Valor Mensal
Consumo Combustível			37		#DIV/0!
Consumo Oleos e Corre	eas - Nota 3				
Oleo de Motor			37		R\$ 0,00
Oleo Hidraulico			37		R\$ 0,00
Oleo Diferencial			37		R\$ 0,00
Outros (filtros correas)			37		R\$ 0,00
Consumo Pneus - Nota	3				
Unid	Marca do Pneu Novo	Valor Unid Pneu	Vida util KM	R\$/KM	KM/ Mês
Pneus Misto 6			45.000	-	-

Descrição dos Custos	Valor Anual	Valor Mensal		
Lucro	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
Combustível - Nota 3	#DIV/0!	#DIV/0!	#D I V/0!	
Documentação (IPVA, Vistórias.etc) - Nota 2	1.200,00	120,00	#D I V/0!	
Manutenção (Pneus, Freios, Óleos, etc) - Nota 3	-	-	#DIV/0!	
Salário Motorista e Vale Alimentação - Nota 1	26.385,38	2.198,78	#D I V/0!	
Sub-Totais	#DIV/0!	#DIV/0!		
Simples	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
Desp. Administrativas	#DIV/0!	#DIV/0!		
Totais	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	